

Acta  
Valor

# Constituição da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria.

Moços de uns e outros e a torre, aos, sup, e pime, aos tres de Janeiro, nesta cidade de Leiria e salda da associação comercial, eude em notario publico de Leiria e aonde, veio rogado para celebrar esta escritura, aqui foram presentes os cidadãos Doutor José Pinho (Paras do Calqueiro), casado, mas separado judicialmente judicialmente, proprietário; Francisco José Pinho, casado, proprietário; Doutor João Carlos Marques da Silva e Costa Guerra, casado, médico e proprietário; Sebastião Lopes Lima e Oliveira, também casado e proprietário, estes d'esta cidade; João Augusto de Souza Virgolino, casado, proprietário; da Moura da Graça; João Albino da Moura Cordeiro, viúvo, proprietário de Terceiros-Palmeira, José Fernandes Danêto, viúvo, proprietário e agente do Banco de Portugal, e de outros proprietários, ambos d'esta cidade; proprietários os terceiros; Gu... proprietários e industriais da Moura, casado, oficiais do exercito e p... Também casado, oficiais da cidade; Alípio Rabelo da Silva, proprietário; Fructuoso da Silva, proprietário Luiz da Silva Almeida da Silva, qualmente d'esta cidade; e... sado, proprietaria da... Todos os autorizados, e de... tarios e das testemunhas a... assinadas a quem também...

CAIXA DE LEIRIA

## RELATÓRIO E CONTAS 2008



quas, por todos os autorizados foi dito: Que na qualidade de socios do Sindicato Agrícola d'esta cidade, como consta de uma certidão passada em vinte e oito de dezembro ultimo e assinada pelos directores do mesmo Sindicato, que fica arquivada no meu...

## ÍNDICE

### - RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	01
1.1 – Evolução da economia nos países do euro	01
1.2 – Evolução da economia portuguesa	02
1.3 – A Caixa de Leiria no contexto económico e financeiro	02
2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO	03
2.1 – Estrutura do Activo Líquido	03
2.2 – Passivo e Capitais Próprios	04
3. VOLUME DE NEGÓCIOS	05
4. ACTIVIDADE COMERCIAL	06
4.1 – Captação de recursos alheios	06
4.2 – Crédito	07
4.2.1 – Carteira de Crédito	07
4.2.1.1 – Crédito vincendo	07
4.2.1.2 – Crédito vencido	09
4.2.1.3 – Garantias	11
a) Crédito vivo	11
b) Crédito vencido	11
4.3 – Actividade seguradora	12
5. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO	13
6. GESTÃO DE RISCOS	14
a) Risco de crédito	15
b) Risco de taxa de juro	15
c) Risco de liquidez	15
d) Risco operacional	15
e) Risco de “compliance”	15
7. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS	16
7.1 – Dimensão	16
7.2 – Área de Meios	16
7.2.1 – Recursos humanos	16
7.2.1.1 – Quadro de Pessoal	16
7.2.1.2 – Formação	16
7.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos	17
7.2.3 – Meios de pagamento	17
7.2.4 – Edifício Sede	18
8. ÁREA SOCIAL	18
9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE	19
9.1 – Análise e decomposição dos resultados	19
9.2 – Produto bancário	23
9.3 – Eficiência	24
9.4 – Rendibilidade	26
10. INDICADORES PRUDENCIAIS	27
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	28

- BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	29
--	----

- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
--------------------------------------	----

- PARECER DO CONSELHO FISCAL	68
------------------------------	----

- CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	70
---------------------------------	----

## 1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

### 1.1 - Evolução da economia nos países do euro

Quando no final do exercício de 2007 se referia a turbulência dos mercados financeiros mundiais, provocada pela crise do crédito de elevado risco nos EUA, não era ainda evidente que a economia europeia fosse seriamente afectada, havendo mesmo afirmações do Banco Central Europeu invocando a solidez dos fundamentos da economia da área do euro, sustentados pelo facto das taxas de desemprego terem recuado para os melhores índices do último quarto de século.

A inflação continuava a ser a principal preocupação do BCE, que assim ia justificando a manutenção da sua taxa de juro de referência nos quatro pontos percentuais.

A realidade foi bem mais negativa do que se previa, tendo os países da área do euro sido atingidos em cheio pela interacção entre uma crise sem paralelo nos mercados financeiros internacionais e um fortíssimo abrandamento da actividade económica, que arrastou a generalidade das economias para um cenário de recessão.

A deterioração da situação financeira e a incerteza quanto à sua magnitude e duração, têm contribuído para abalar a confiança dos agentes económicos, em nada contribuindo para alterar o cenário desse esfriamento da actividade económica.

Face às consequências desta situação, nomeadamente a nível do emprego, que tem sofrido reduções dramáticas, abrangendo quase todos os tipos de actividade, os países têm procurado medidas que transmitam confiança, com o objectivo de restabelecer o funcionamento dos mercados financeiros e adoptando medidas de política orçamental com vista à retoma da actividade económica.

O BCE face à situação de controlo dos preços, explicada pelo abrandamento da procura, inflectiu a sua política de taxas, foi procedendo a reduções consecutivas, que levaram a taxa de referência no fim do ano para os 2,5 por cento, estando na época em que este relatório está a ser escrito já nos 2 por cento.

No mercado monetário do euro as taxas de juro “*Euribor*” têm seguido uma trajectória constante de descida estando actualmente e, para todos os prazos, abaixo dos 2,8 por cento.

A inflação na área do euro aumentou de 2,1 por cento em 2007 para 3,3 por cento em 2008. Este valor do índice de preços em 2008 foi afectado pelos picos de preços verificados até meio do ano, nos produtos alimentares e nos produtos petrolíferos.

Em Dezembro o preço do petróleo mantinha a sua trajectória de descida, tendo o barril de crude, no último dia do ano, sido transaccionado a 40 dólares.

## **1.2 - Evolução da economia portuguesa**

A crise financeira que começou a sentir-se em meados de 2007 e eclodiu na Europa em 2008, com todas as consequências já referidas, em termos das expectativas e dos comportamentos dos agentes económicos, contribuiu para uma recessão das economias dos países desenvolvidos e para um mercado abrandamento nos mercados emergentes.

A economia portuguesa, uma pequena economia a desenvolver-se em ambiente aberto, muito dependente daqueles mercados, foi fortemente afectada por estas circunstâncias, numa altura em que tinha conseguido o equilíbrio orçamental, mas apresentando um elevado nível de endividamento.

A situação agravou-se ao longo do ano de 2008, com um aumento de desemprego preocupante, face às incertezas quanto à viabilidade de inúmeras empresas.

Embora as taxas de juro do mercado monetário tenham vindo a reduzir-se acentuadamente, essa baixa não se tem transmitido na mesma medida à evolução das taxas de juro bancárias no nosso país. Isso deve-se às dificuldades que os nossos bancos têm sentido em financiar-se no exterior e ao aumento de risco criado pela situação financeira e económica das famílias e das empresas. Estas circunstâncias têm dificultado o acesso ao crédito aos agentes económicos.

Em Dezembro a taxa de inflação era de 2,6 por cento.

No ano de 2008 o índice bolsista português desvalorizou, em termos acumulados, 50 por cento.

Segundo o INE, a taxa média de desemprego em 2008 atingiu os 7,6 por cento da população activa, mas conhecem-se já indícios de que este número terá aumentado fortemente no primeiro mês deste ano.

## **1.3 – A Caixa de Leiria no contexto económico e financeiro**

O sector bancário tem estado no epicentro da crise, sofrendo primeiro os impactos da deterioração da situação financeira e agora, com toda a força, as consequências económicas dela resultantes.

Assistiu-se a convulsões inimagináveis, com falências de bancos estrangeiros que eram considerados baluartes e o sector, dentro e fora do país, só não ruiu, porque os governos e as instituições bancárias centrais intervieram fortemente, com nacionalizações, com injeção de fundos e concessão de avultadas garantias.

A Caixa de Leiria, face às suas especificidades, com as limitações que a própria lei lhe impõe, mas também pela assumpção de uma política de gestão talvez conservadora, mas que se veio a revelar sensata, foi ao longo de 2008, pouco afectada pela crise dos mercados financeiros e pelos primeiros sintomas de contaminação da economia real.

Não restam no entanto quaisquer ilusões que a nossa instituição vai também ser afectada pelos condicionalismos resultantes da situação de recessão já instalada no país e à qual a nossa região não escapa.

A conjuntura económica vai ter reflexos no desenvolvimento da actividade bancária de intermediação da Caixa de Leiria.

A política de aplicações da Caixa vai continuar, agora por maioria de razão, a direccionar-se em função da segurança, mesmo que em detrimento da rentabilidade, que vai sem dúvida ser fortemente afectada pelas características das relações de mercado que prevalecem nesta conjuntura.

A Caixa de Leiria, sabendo as responsabilidades que lhe cabem e do importante papel que desempenha na economia dos concelhos da sua área de intervenção, continuará a apoiar as pessoas e as empresas, numa altura que elas tanto necessitam, para sobreviver, não agravando ainda mais os danos que a situação já originou.

## 2. EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO

### 2.1 – Estrutura do Activo Líquido

#### ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

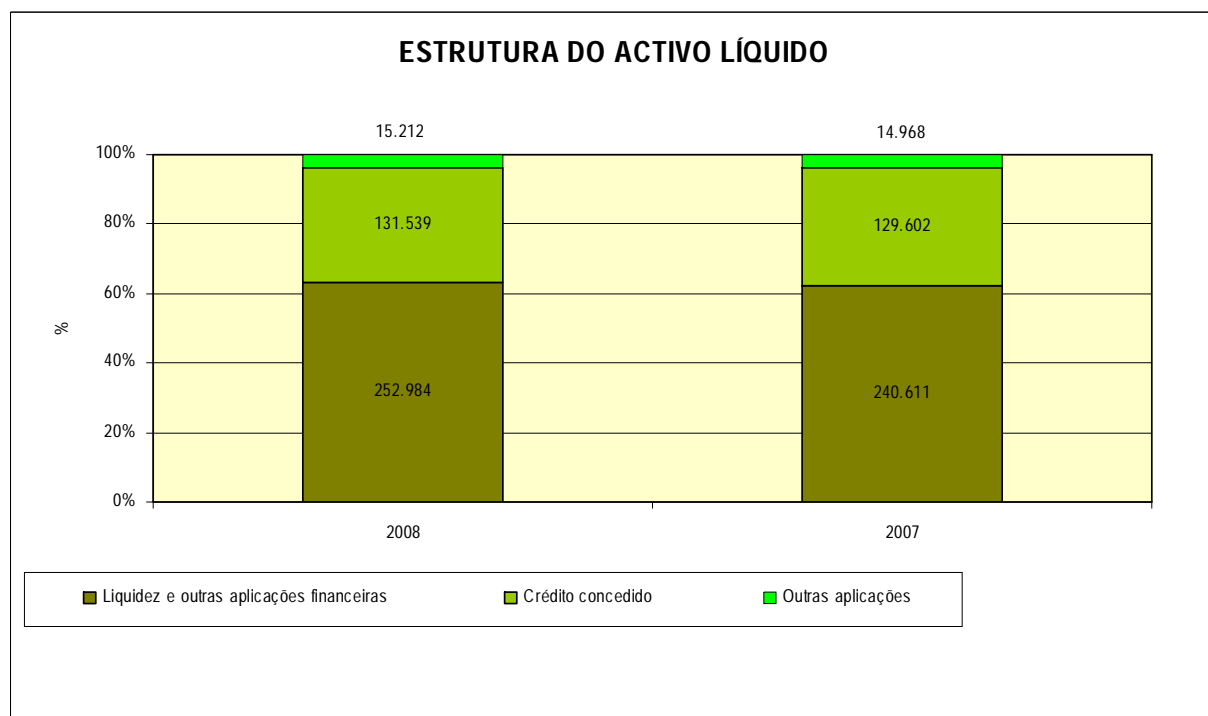
(milhares de euros)

	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>384.523</b>	<b>96,19</b>	<b>370.213</b>	<b>96,11</b>	<b>14.310</b>	<b>3,87</b>
<b>Activos de Liquidez</b>	<b>235.166</b>	<b>58,83</b>	<b>217.209</b>	<b>56,39</b>	<b>17.957</b>	<b>8,27</b>
Caixa e disponibilidades em Bancos	21.734	5,44	17.333	4,50	4.401	25,39
Aplicações em I. C.	213.432	53,39	199.876	51,89	13.556	6,78
<b>Crédito Concedido (líq. provisões)</b>	<b>131.539</b>	<b>32,90</b>	<b>129.602</b>	<b>33,64</b>	<b>1.937</b>	<b>1,49</b>
<b>Activos financ. disponív. p/ venda</b>	<b>17.818</b>	<b>4,46</b>	<b>23.402</b>	<b>6,08</b>	<b>-5.584</b>	<b>-23,87</b>
<b>OUTRAS APLICAÇÕES</b>	<b>15.212</b>	<b>3,81</b>	<b>14.968</b>	<b>3,89</b>	<b>244</b>	<b>1,63</b>
Activos não correntes detidos p/ venda	3.639	0,91	3.723	0,97	-84	-2,27
Outras	11.573	2,90	11.245	2,92	328	2,92
<b>TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>399.735</b>	<b>100,00</b>	<b>385.181</b>	<b>100,00</b>	<b>14.554</b>	<b>3,78</b>

O activo líquido voltou a registar um crescimento notável, superior ao que se havia registado no ano anterior, continuando as aplicações em instituições de crédito a constituir o principal contributo para esse facto. São também essas aplicações que representam a principal parcela do agregado atingindo já mais de 53 pontos de percentagem do mesmo.

Ao contrário do que se tem vindo a verificar nos anteriores exercícios o saldo do crédito concedido, líquido de provisões, registou um crescimento de cerca de 1,5 por cento, correspondentes a um acréscimo no saldo de quase dois milhões de euros. O seu peso no agregado é de cerca de um terço do total.

As condições do mercado, em determinado momento, justificam a alteração do saldo dos activos financeiros disponíveis para venda, que passaram a representar cerca de 4,5 pontos de percentagem do activo líquido.



## 2.2 – Passivo e Capitais Próprio

### PASSIVO E CAPITALIS PRÓPRIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos de clientes e Instit.Crédito	342.703	85,73	332.712	86,37	9.991	3,01
Instrumentos representativos de capital	7.827	1,96	8.227	2,14	-400	-4,86
Outros passivos	2.645	0,66	3.498	0,91	-853	-24,39
Capital + provisões	46.560	11,65	40.744	10,58	5.816	14,28
<b>TOTAL PASSIVO+CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>399.735</b>	<b>100,00</b>	<b>385.181</b>	<b>100,00</b>	<b>14.554</b>	<b>3,78</b>

Merece realce, o facto de os recursos próprios e as provisões continuarem a crescer sustentadamente acima dos catorze pontos percentuais.



### 3. VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios aumentou no exercício de 2008 mais de 24 milhões de euros, que representam um crescimento de 3,4 por cento.

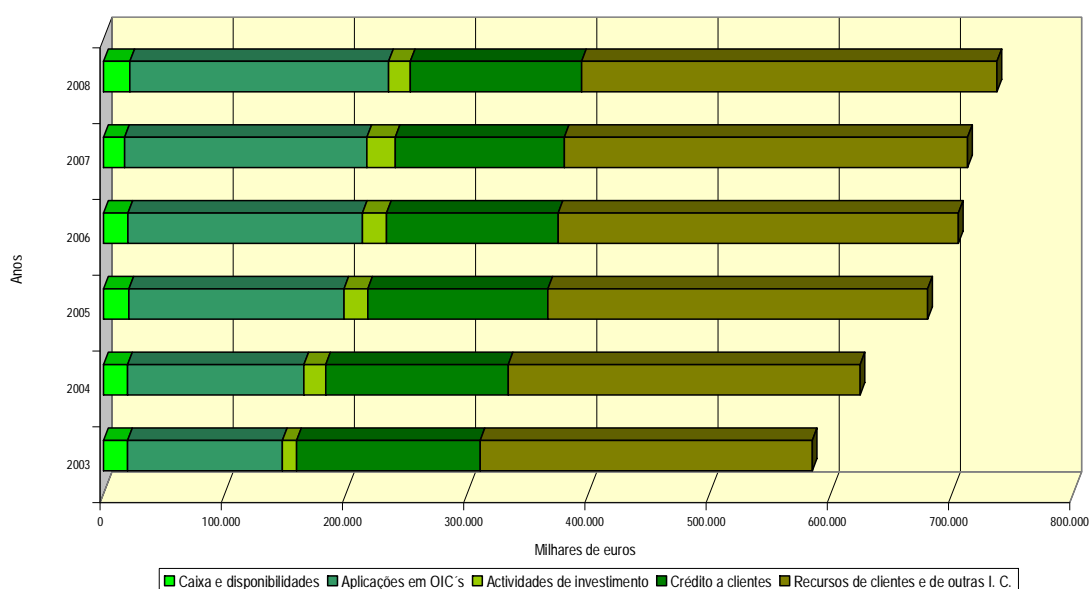
Se, como habitualmente, este crescimento se atribui às aplicações em instituições de crédito e aos recursos de clientes, não pode deixar de se relevar o facto de se ter registado uma inversão na tendência de queda do saldo de crédito a clientes que cresceu cerca de 1,9 milhões de euros, recuperando para valores de 2006.

#### FORMAÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(milhares de euros)

Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	21.735	2,95	17.333	2,43	4.402	25,40
Aplicações em OIC's	213.432	28,96	199.876	28,04	13.556	6,78
Actividades de investimento	17.818	2,42	23.402	3,29	-5.584	-23,86
Crédito a clientes	141.302	19,17	139.408	19,56	1.894	1,36
Recursos de clientes e de outras I. C.	342.703	46,50	332.712	46,68	9.991	3,00
<b>VOLUME DE NEGÓCIOS</b>	<b>736.990</b>	<b>100,00</b>	<b>712.731</b>	<b>100,00</b>	<b>24.259</b>	<b>3,40</b>

#### VOLUME DE NEGÓCIOS



## 4. ACTIVIDADE COMERCIAL

### 4.1 – Captação de recursos alheios

#### EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ALHEIOS

(milhares de euros)

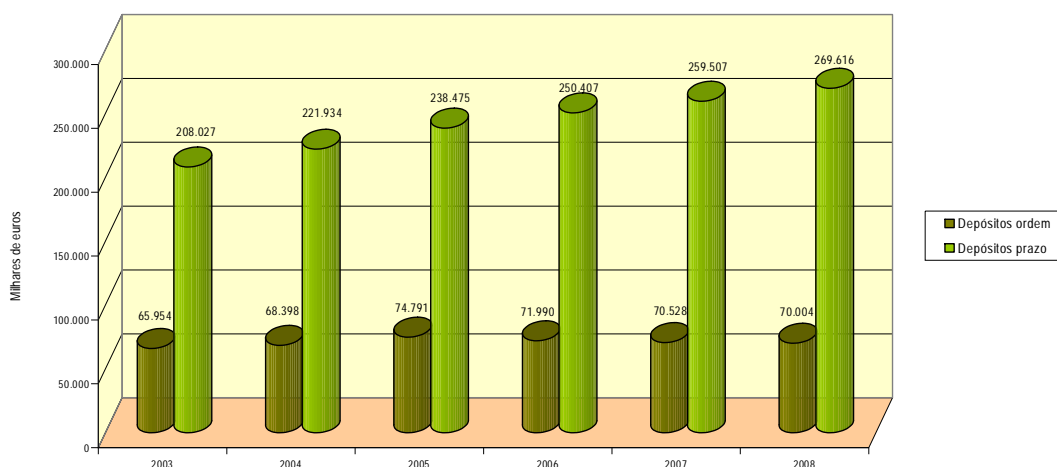
Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Depósitos ordem	70.004	20,44	70.528	21,20	-524	-0,74
Depósitos prazo	269.616	78,66	259.507	78,00	10.109	3,90
Total de rec. clientes e out. emprést.	339.620	99,10	330.035	99,20	9.585	2,91
Recursos de outras inst. crédito	3.083	0,90	2.677	0,80	406	15,17
<b>TOTAL RECURSOS</b>	<b>342.703</b>	<b>100,00</b>	<b>332.712</b>	<b>100,00</b>	<b>9.991</b>	<b>3,01</b>

O saldo dos depósitos colocados à ordem mostrou pelo segundo ano consecutivo um decréscimo, registe-se no entanto que no ano em análise essa variação foi diminuta. As taxas que remuneram estes recursos que são, por natureza, muito pouco atractivas, a quebra do volume de negócios do pequeno comércio retalhista e a contracção relativa dos últimos anos do volume de crédito concedido podem explicar o comportamento deste saldo.

Os recursos captados aos clientes, colocados a prazo, cresceram mais de dez milhões de euros, correspondentes a um incremento de 3,90 por cento, que é ligeiramente superior ao que se havia verificado no confronto dos dois anos anteriores ao de 2008.

A estrutura da carteira de depósitos mostra que o montante de depósitos à ordem representa 20,44 por cento do total dos montantes captados junto dos clientes.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS





## 4.2 – Crédito

### 4.2.1 – Carteira de Crédito

Os problemas que a economia regional inevitavelmente enfrenta, face ao que se passa ao seu redor, continuam a impedir um crescimento saudável do crédito concedido e a diminuição para valores mais reduzidos do crédito vencido.

Continuam a escassear os pedidos de crédito que se destinem a investimentos que se mostrem merecedores do envolvimento da Caixa no seu desenvolvimento. A instituição está sempre receptiva a apoiar projectos com características inovadoras, de qualidade e com a viabilidade que os enquadre dentro de parâmetros aceitáveis de risco.

#### CRÉDITO CONCEDIDO

(milhares de euros)

Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Crédito vincendo	129.393	91,57	128.012	91,83	1.381	1,08
Crédito vencido	11.909	8,43	11.396	8,17	513	4,51
<b>TOTAL</b>	<b>141.302</b>	<b>100,00</b>	<b>139.408</b>	<b>100,00</b>	<b>1.894</b>	<b>1,36</b>

#### 4.2.1.1 – Crédito vincendo

#### DISCRIMINAÇÃO DO CRÉDITO VIVO

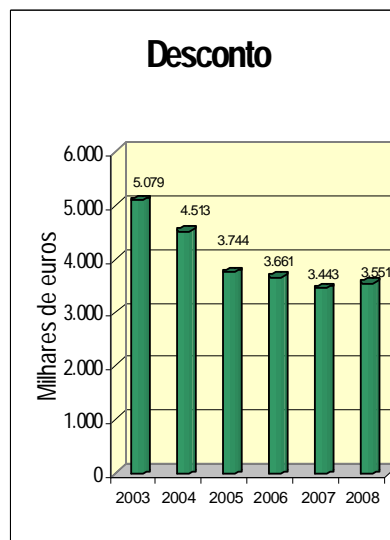
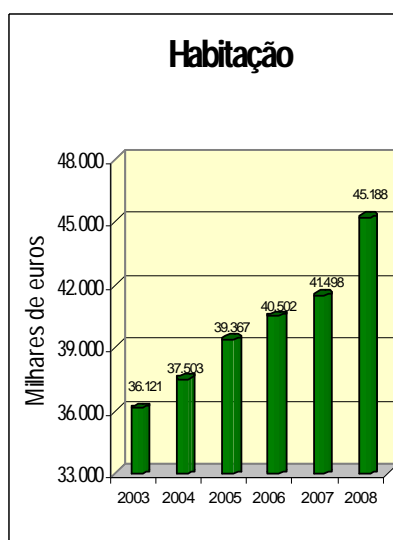
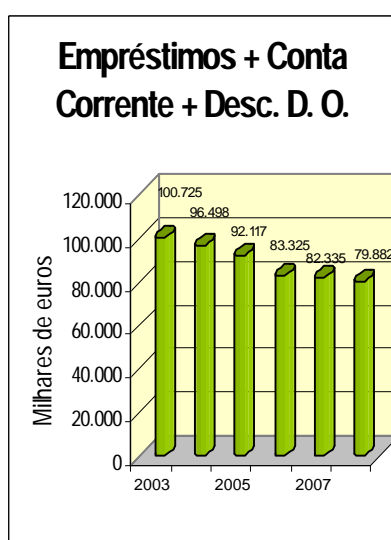
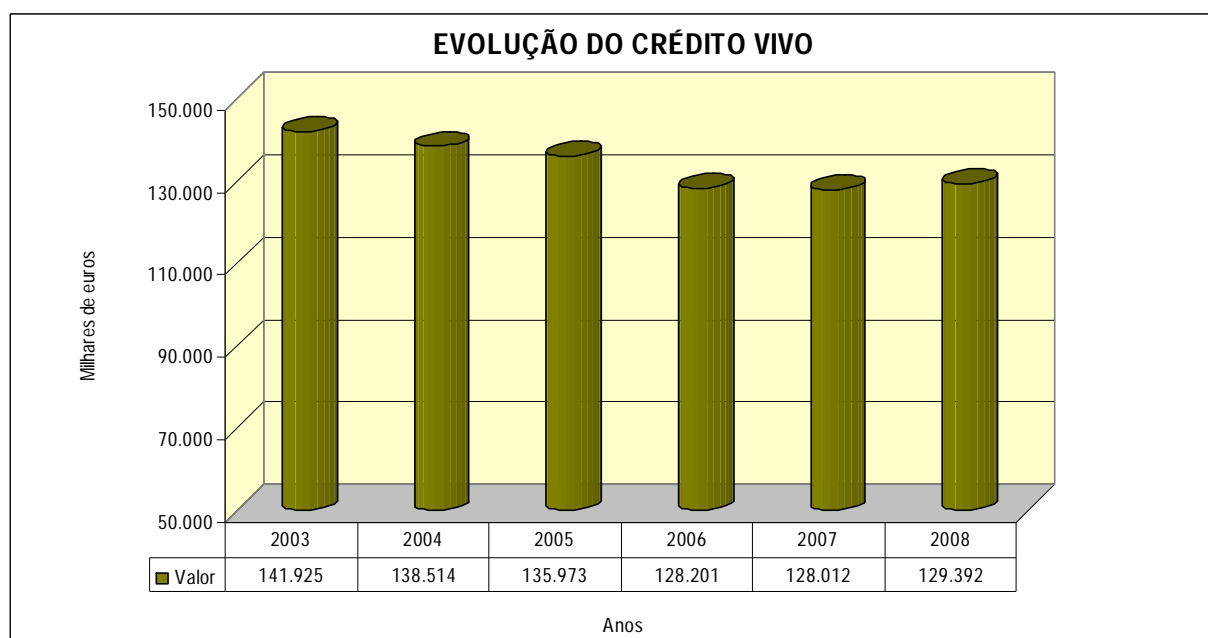
(milhares de euros)

Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos + Conta Corrente	79.882	61,74	82.335	64,32	-2.453	-2,98
Crédito habitação	45.188	34,92	41.498	32,42	3.690	8,90
Desconto	3.551	2,74	3.443	2,69	108	3,13
Juros de crédito a clientes	772	0,60	736	0,57	36	4,90
<b>TOTAL</b>	<b>129.393</b>	<b>100,00</b>	<b>128.012</b>	<b>100,00</b>	<b>1.381</b>	<b>1,08</b>

Como já foi referido o montante do crédito vivo já registou em 2008 um crescimento que, embora modesto, inverteu a tendência que se registou nos dois anos anteriores.

Os empréstimos concedidos para aquisição de habitação própria são os principais responsáveis pela evolução referida, tendo aumentado cerca de 3,7 milhões de euros, que representam um crescimento de 8,9 por cento.

A Caixa de Leiria tem continuado a privilegiar este tipo de crédito, que se enquadra perfeitamente nos seus princípios sociais, que em termos de risco se tem mostrado favorável e fideliza o cliente à instituição.



#### **4.2.1.2 – Crédito vencido**

Embora apresentando valores bem inferiores aos de 2006 os montantes de crédito na situação de vencido e não pago cresceram no ano em análise, 514 milhares de euros, ou seja mais 4,5 por cento do que no ano transacto.

A classe de créditos vencidos há mais de três anos, representa agora 65,7 por cento do total do crédito vencido.

Conforme se tem vindo a referir e que são argumentos que continuam a espelhar a situação real, trata-se de um número reduzido de devedores, com os processos judiciais a arrastarem-se e que na grande maioria dos casos são dívidas suportadas por garantias reais, que com boa probabilidade vão permitir o ressarcimento dos valores respectivos.

#### **ESTRUTURA DO CRÉDITO VENCIDO POR CLASSES**

(milhares de euros)

Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
I – Até 3 meses	407	3,42	302	2,65	105	34,77
II – de 3 a 6 meses	971	8,15	404	3,54	567	140,54
III e IV - de 6 a 12 meses	617	5,18	574	5,03	43	7,50
V a IX - de 1 a 3 anos	2.087	17,53	3.412	29,94	-1.325	-38,83
X a XII - mais de 3 anos	7.827	65,72	6.704	58,84	1.123	16,75
<b>TOTAL</b>	<b>11.909</b>	<b>100,00</b>	<b>11.396</b>	<b>100,00</b>	<b>513</b>	<b>4,51</b>

A relação entre o crédito e juros vencidos e o crédito concedido total cifra-se nos 8,43 por cento, mais 0,25 pontos de percentagem do que no ano anterior.

Se considerarmos em exclusivo a faixa dos créditos vencidos e não pagos há mais de doze meses, esta relação decresce para os 7,02 por cento, que compara com o mesmo índice do ano anterior e que era de 7,26 por cento.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido em dívida, há mais de três meses, atingem os 97,21 por cento e 112,79 por cento para o crédito vencido há mais de um ano. No exercício anterior estes índices eram em percentagem, de 100,93 e de 110,67, respectivamente.

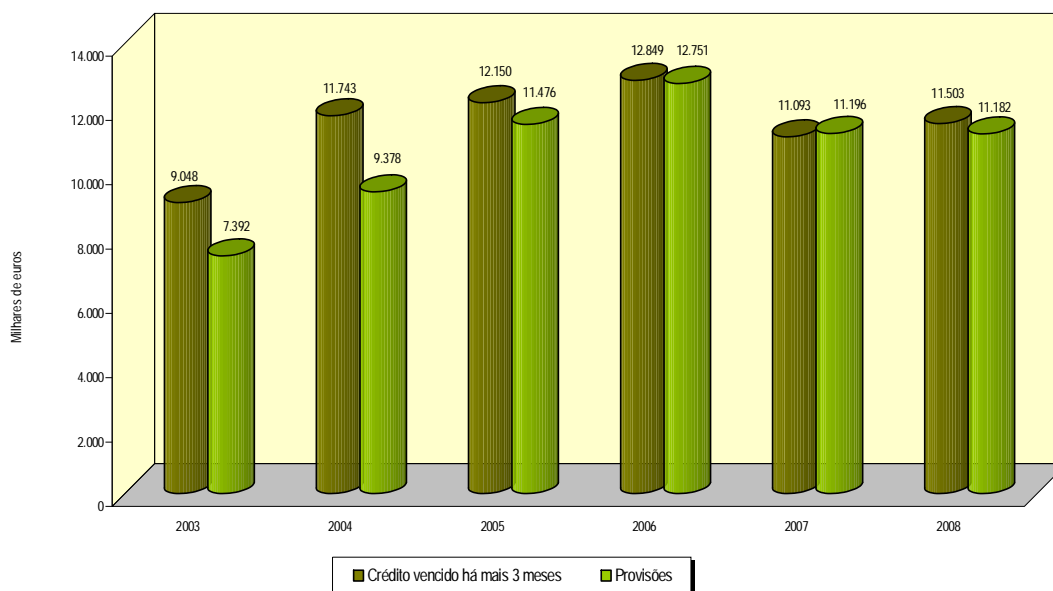
O rácio do crédito vencido ajustado, que compara o crédito vencido e não pago líquido, com o crédito total líquido, cresceu para os 1,32 por cento, face à circunstância de o maior crescimento do crédito vencido ter incidido nas classes I e II (de menor provisionamento) e diminuído nas classes V a IX.

## EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRÉDITO VENCIDO

(milhares de euros)

Indicadores	2008	2007	Variação	
			Valor	%
<b>Crédito concedido</b>	<b>141.302</b>	<b>139.408</b>	<b>1.894</b>	<b>1,36</b>
<b>Crédito vencido</b>	<b>11.909</b>	<b>11.396</b>	<b>513</b>	<b>4,51</b>
Crédito vencido há menos de 3 meses	406	303	103	33,99
Crédito vencido há mais de 3 meses	11.503	11.093	410	3,70
Crédito vencido há mais de um ano	9.914	10.116	-202	-2,00
Crédito vencido há menos de 3 meses em relação ao crédito vencido total (%)	3,42%	2,65%	0,77 p.p.	29,06
Crédito vencido há mais de 3 meses em rel.ao créd.vencido total (%)	96,58%	97,34%	-0,76 p.p.	-0,78
Crédito vencido há mais de um ano em Relação ao crédito vencido total (%)	83,25%	88,77%	-5,52 p.p.	-6,22
<b>Provisões totais para crédito</b>				
Riscos gerais de crédito	1.419	1.390	29	2,11
Crédito vencido e cobrança duvidosa	9.763	9.806	-43	-0,44
<b>Total</b>	<b>11.182</b>	<b>11.196</b>	<b>-14</b>	<b>-0,13</b>
<b>Rácios do Crédito vencido em relação ao crédito total</b>				
Rácio de crédito e juros vencidos totais	8,43%	8,17%	0,26 p.p.	3,19
Idem vencidos há mais de 3 meses	8,14%	7,96%	0,18 p.p.	2,30
Idem vencidos há mais 12 meses	7,02%	7,26%	-0,24 p.p.	-3,31
Rácio ajustado (Créd. com incumprimento líquido / Crédito total líquido)	1,32%	0,99%	0,33 p.p.	33,17
<b>Taxas de cobertura por provisões</b>				
Crédito vencido total	93,89%	98,24%	-4,35 p.p.	-4,43
Crédito vencido há mais de 3 meses	97,21%	100,93%	-3,72 p.p.	-3,69
Crédito vencido há mais de um ano	112,79%	110,67%	2,12 p.p.	1,92

#### PROVISIONAMENTO DO CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 3 MESES



#### 4.2.1.3 – Garantias

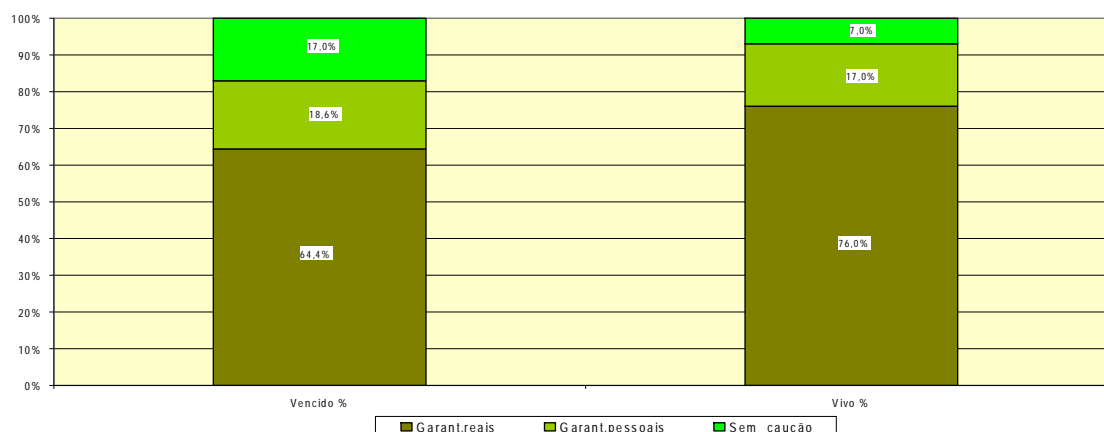
##### a) Crédito vivo

Mais de 76 por cento do crédito concedido vivo, está caucionado por garantias reais, 17 por cento beneficia de garantias pessoais e 7 por cento não está suportado por garantias suplementares (sem caução).

##### b) Crédito vencido

A estrutura das garantias do crédito vencido reforçou-se em relação ao exercício anterior estando agora caucionados por garantias reais mais de 64 por cento dos empréstimos, 18,6 por cento beneficiam de garantias pessoais e 17 por cento não têm garantia adicional.

CRÉDITO VENCIDO E VIVO POR TIPO DE GARANTIA



### 4.3 – Actividade seguradora

O panorama da actividade seguradora a nível do país, no ano de 2008, mostra que não ficou imune ao brusco arrefecimento da actividade económica, verificando-se uma quebra no ramo segurador “Não Vida”, fechando com um decréscimo de 2,1 por cento em relação ao exercício anterior que se consubstancia em perda líquida da carteira. Merece especial destaque a quebra nos seguros de carácter obrigatório, nomeadamente o seguro automóvel e o de acidentes de trabalho.

No ramo “Vida” sucedeu o inverso tendo-se registado um crescimento de 17,4 por cento, que se deve em grande parte aos PPR e outros produtos de previdência individual e familiar.

No que respeita à carteira da Caixa de Leiria e em relação ao ramo “Vida”, acompanhou a tendência do mercado, com especial incidência nos contratos realizados em produtos de capitalização PPR e subscrição de contratos de seguro afectos à concessão de crédito.

No ramo “Não vida” registou-se um decréscimo insignificante.

### SEGUROS

Ramos	2008		2007		Variação	
	Nº apólices	%	Nº apólices	%	Nº apólices	%
Não vida	4.877	64,06	4.892	77,80	-15	-0,31
Vida	2.736	35,94	1.396	22,20	1340	95,99
Total	7.613	100,00	6.288	100,00	1325	21,07



## 5. ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

Como se tem referido em anos anteriores, as aplicações em instituições de crédito têm sido o principal destino dos excedentes não aplicados em crédito, pelas razões amplamente conhecidas e frequentemente referidas.

A circunstância de a generalidade da banca necessitar de liquidez para sustentar a crescente procura de crédito à habitação e ao consumo, que incentivavam, proporcionou à Caixa de Leiria a oportunidade de obter remunerações interessantes desses capitais.

Essa remuneração não era uniforme para o universo dos bancos depositários, longe disso, mas a Caixa de Leiria não privilegiou esse factor, tendo como principal preocupação a dispersão das aplicações que por norma contemplava mais de uma dezena de instituições.

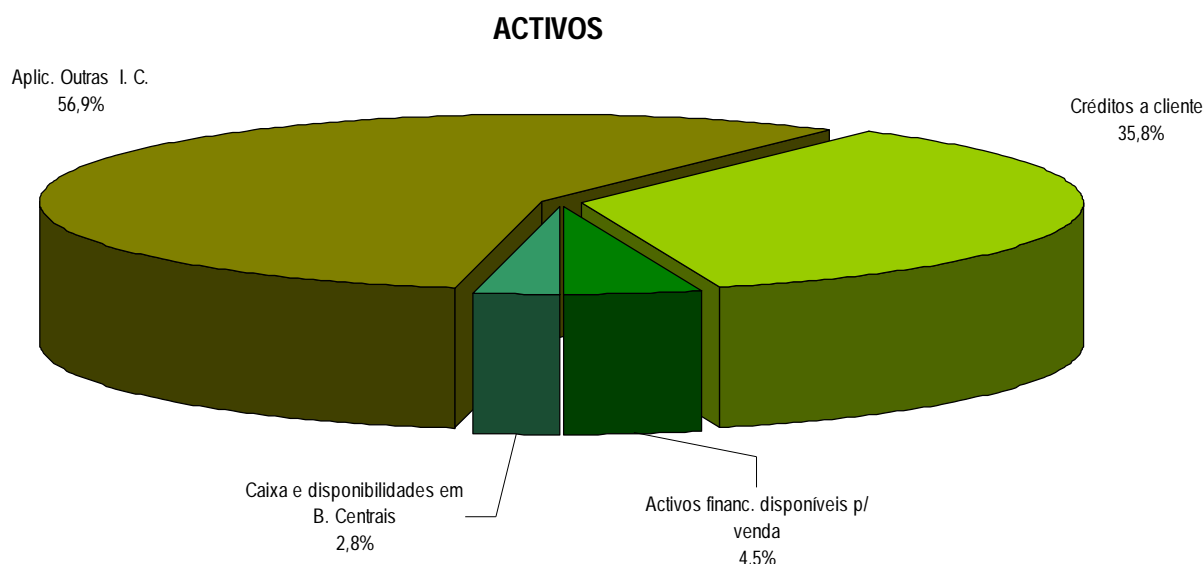
A partir do momento em que a crise se adivinhou, os montantes excedentários continuaram a ser aplicados em instituições de crédito, cada vez de forma mais selectiva, com sacrifício da rendibilidade, mas acima de tudo com o intuito de transmitir à clientela um clima de segurança e tranquilidade.

Como se constata no quadro que se segue as actividades financeiras e de investimento sofreram um incremento de 5,15 por cento no exercício de 2008, com especial relevo para as aplicações em instituições de crédito, que representam quase 85 por cento deste agregado.

### ACTIVIDADES FINANCEIRAS E DE INVESTIMENTO

(milhares de euros)

Rubricas	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa e disponibilidades	21.735	8,59	17.333	7,20	4.402	25,39
Aplicações em OIC's	213.432	84,37	199.876	83,07	13.556	6,78
Actividades de investimento	17.818	7,04	23.402	9,73	-5.584	-23,86
<b>TOTAL</b>	<b>252.985</b>	<b>100,00</b>	<b>240.611</b>	<b>100,00</b>	<b>12.374</b>	<b>5,15</b>



## 6. GESTÃO DE RISCOS

A função de Gestão de Riscos centrou a sua actuação no desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Riscos adequado à dimensão e natureza das actividades desenvolvidas pela instituição, alinhando-o com as exigências normativas e de forma a permitir uma compreensão apropriada da natureza e magnitude dos riscos subjacentes à actividade, relevantes para o cumprimento dos seus objectivos.

No âmbito dos desenvolvimentos operados em torno do Sistema de Controlo Interno, na sequência da regulamentação específica publicada sobre este tema, a função de Gestão de Risco, conjuntamente com a Auditoria Interna e com a função de Compliance, promoveu os processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos, de forma a identificar eventuais deficiências internas e das medidas correctivas necessárias para as ultrapassar.

Conforme já ficou dito no início deste relatório, o ano de 2008 foi marcante para a actividade bancária. À referida crise financeira internacional seguiram-se as dificuldades por parte de grandes instituições financeiras multinacionais, as insolvências, as nacionalizações e as intervenções dos estados e dos bancos centrais como forma de extinguir o “risco sistémico” e de minimizar o impacto sobre os restantes sectores da economia.

As dificuldades de liquidez manifestadas por algumas instituições viram-se agravadas pela crise de confiança que se abateu sobre o sector.

Uma evidência desta situação foi a significativa inflexão da curva das taxas de juro de referência, dividindo claramente o ano em dois períodos do ciclo económico.

A exposição a estes acontecimentos determinou a necessidade de um acompanhamento próximo e de uma avaliação permanente aos riscos de crédito, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

#### **a) Risco de crédito**

Em 2008 foram seguidas as medidas pré-definidas para a avaliação do crédito, mantendo um rigor consentâneo com os objectivos de melhoria da concessão de crédito e de reforço das garantias. Foram mantidos os processos de recolha de informação para o desenvolvimento de novas metodologias de avaliação de crédito e semestralmente foi calculado o risco da carteira de crédito, por parte da Auditoria Externa, para cálculo das provisões económicas.

#### **b) Risco de taxa de juro**

A especificidade dos produtos que a Caixa de Leiria transacciona proporcionaram, durante este período, um adequado equilíbrio por banda temporal entre as posições activas e passivas sensíveis a variações das taxas de juro. Desta forma, a exposição a este risco foi bastante reduzida.

#### **c) Risco de liquidez**

A gestão das operações pela sua natureza e através dos montantes e prazos, tem proporcionado a existência de um volume adequado de activos de curto prazo facilmente transaccionáveis. Com um nível de liquidez sempre confortável, a exposição a este risco durante o ano de 2008 foi bastante reduzida.

#### **d) Risco operacional**

Com o intuito de conferir maior sistematização aos processos de Risco Operacional, foi elaborado um Manual de Gestão de Risco Operacional, integrando no Sistema de Gestão de Riscos. Desta forma, a gestão Risco Operacional obteve uma ferramenta que permite identificar, avaliar, controlar e acompanhar o risco de uma forma mais objectiva.

#### **e) Risco de “*compliance*”**

No âmbito das competências definidas pelo “Manual de Compliance da Caixa de Leiria”, foram integrados no plano de Auditoria Interna, inspecções relacionadas com o cumprimento de leis e regulamentos nas Áreas Funcionais da Instituição.

## 7. DIMENSÃO E ÁREA DE MEIOS

### 7.1 – Dimensão

Como se constata pela confrontação dos indicadores de dimensão entre os últimos dois anos a dimensão da Caixa de Leiria continua a consolidar-se. Cresce o activo líquido, crescem os recursos próprios e a quantidade de contas abertas e expandem-se os terminais de pagamento.

INDICADORES DE DIMENSÃO	Unidade	2008	2007
Activo líquido do balanço	<i>mil euros</i>	399.735	385.181
Activo líquido médio	<i>mil euros</i>	392.717	382.595
Recursos próprios do balanço	<i>mil euros</i>	45.141	39.355
Recursos próprios médios	<i>mil euros</i>	43.130	37.401
Número de trabalhadores	<i>unidades</i>	107	111
Balcões	<i>unidades</i>	16	16
Contas de D.O. activas	<i>unidades</i>	43.315	42.855
Máquinas multibanco	<i>unidades</i>	25	25
Terminais pagamento automático	<i>unidades</i>	223	199

### 7.2 – Área de Meios

#### 7.2.1 – Recursos humanos

##### 7.2.1.1 – Quadro de pessoal

O quadro de pessoal da Caixa Agrícola de Leiria diminuiu em quatro unidades no exercício de 2008, não se tendo registado qualquer admissão.

Em 31 de Dezembro a Caixa tinha ao seu serviço 107 trabalhadores.

##### 7.2.1.2 – Formação

No âmbito da Recirculação das Notas de Euro, o Banco de Portugal realizou cursos de formação que foram frequentados por 33 colaboradores da Caixa de Leiria.

O início de funcionamento do serviço “Caixa de Leiria On-line” que se integra no conceito de banca remota, e face à sua importância para o desenvolvimento da actividade da instituição, obrigou à formação generalizada dos colaboradores da Caixa, quer em termos de funcionalidade do sistema quer em termos de capacidade para transmitir aos clientes utilizadores, instruções sobre o modo de operar com o mesmo.

Foram ainda frequentados por vários colaboradores, diversos cursos nomeadamente nas áreas de contas e depósitos bancários, riscos de crédito e contabilidade e fiscalidade, ministrados pelo Instituto de Formação Bancária e pela Câmara de Técnicos Oficiais de Contas.

### **7.2.2 – Recursos tecnológicos e informáticos**

As constantes imposições legais por parte da entidade reguladora e da SIBS por um lado, e a procura de melhores e mais fiáveis soluções de operacionalidade, obrigam a que todos os anos haja consideráveis investimentos na área informática.

No ano de 2008 merecem menção, as seguintes:

- Disponibilização de novos módulos para o sistema de informação da Central de Responsabilidade de Crédito junto do Banco de Portugal
- Intervenção para melhorar o módulo de gestão de cheques de pagamento obrigatório e do seu tratamento jurídico.
- Novos módulos de tratamento de transferências (SEPA) e adaptação do módulo de tratamento de ficheiros TEIS junto da SIBS.
- Aquisição de novas soluções informáticas para o departamento financeiro e para a exportação de dados da contabilidade para ficheiros de auditoria de acordo com a recomendação da DGCI.
- Aquisição de infra-estrutura tecnológica para acesso à Internet a todos os postos de trabalho da Caixa.
- Preparação para o novo sistema de liquidação (Target-2), plataforma única europeia, que permitirá ser participante directo nos sistemas de compensação.

### **7.2.3 – Meios de pagamento**

Em 2008 foi disponibilizado aos clientes particulares da Caixa de Leiria um canal não presencial alternativo de serviços bancários, através da Internet, denominado de “Caixa de Leiria On-line”.

Assumindo-se como uma solução integrada de funcionalidades bancárias, o serviço “Caixa de Leiria On-line” resulta de um esforço de desenvolvimento conjunto de empresas externas e de colaboradores da Instituição. Apresenta uma solução inovadora de autenticação forte, pioneira em Portugal, proporcionada pela Sibs em resultado dos desenvolvimentos realizados em torno dos cartões EMV (com chip).

Com um leque significativo de funcionalidades, de entre as quais podemos destacar as consultas de saldos e movimentos das contas, os pagamentos de serviços e os pagamentos de serviços especiais, como sendo das mais utilizadas. O serviço tem sido bem acolhido pelos clientes, registando-se um nível bastante satisfatório de adesões.

No que respeita à actividade dos cartões bancários não se verificou, em 2008, nenhuma alteração ao nível da oferta disponibilizada aos clientes da Caixa de Leiria (tendo em conta o avanço tecnológico alcançado com a oferta actual) registando-se um crescimento no número de cartões superior a 6 por cento, mantendo a mesma tendência de crescimento dos anos anteriores e a acompanhar a tendência geral do mercado. Verifica-se o mesmo no que respeita ao volume de transacções processadas.

Os cartões de débito (*co-branded* Multibanco/Visa Electron) EMV com CAP (*chip authentication program*) disponibilizam aos clientes utilizadores do serviço “Caixa de Leiria On-line” uma funcionalidade acrescida de segurança para a autenticação no acesso e autorização das transacções processadas on-line, no âmbito do desenvolvimento do serviço de *homebanking*.

Em 2008 os cartões de crédito para particulares, proporcionados pelo protocolo com a Unicre, passaram a incluir a imagem da Caixa de Leiria no desenho gráfico do cartão, permitindo uma associação do produto com a instituição.

No que respeita aos terminais, em particular sobre os terminais de pagamento automático, verificou-se um crescimento de 12 por cento, acompanhando de perto o crescimento do mercado. Em relação aos “Caixas Automáticas” não houve alteração do número de terminais do ano anterior.

#### **7.2.4 – Edifício Sede**

Têm prosseguido as obras do Palácio dos Ataídes, que será a futura sede da Caixa de Leiria.

Trata-se de uma obra, num edifício histórico e emblemático da cidade, em que se tem pretendido conciliar a preservação das suas características arquitectónicas, com a adaptação às exigências de utilização para o fim a que se destina, o que tem originado alguma morosidade no decorrer da mesma.

A evolução dos trabalhos permite prever a sua conclusão para o final do ano de 2009.

### **8. ÁREA SOCIAL**

O universo dos associados da Caixa de Leiria registou o seguinte movimento no ano de 2008:

Sócios em 31 de Dezembro de 2007 .....	13 172
Sócios admitidos no ano de 2008 .....	82
	<hr/>
	13 254
 Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2008 .....	 62
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2008 .....	244
	<hr/>
<b>Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2008 .....</b>	<b>12 948</b>



## 9. RESULTADOS, EFICIÊNCIA E RENDIBILIDADE

### 9.1 – Análise e decomposição dos resultados

Os resultados operacionais de 2008 cifraram-se nos 6987 milhares de euros, superiores em 269 milhares de euros em relação ao exercício anterior, ou seja, cresceram cerca de quatro pontos percentuais.

Após contabilização das amortizações, das provisões e das imparidades chegou-se a um resultado de exploração, antes de impostos que é inferior em 509 milhares de euros ao do ano transacto e que traduz uma quebra percentual de cerca 7,5 por cento e que se explica pela variação da rubrica “reposição e anulação de provisões” em que se registou, no ano em análise, um valor líquido que traduz maior montante de reposições do que anulações, ao contrário do havia acontecido no ano de comparação.

Após liquidação dos impostos, o lucro do exercício de 2008 atingiu os 5054 milhares de euros que representam um decréscimo em relação a 2007 de 8,79 por cento.

#### DISCRIMINAÇÃO DA EVOLUÇÃO ANUAL DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

(milhares de euros)

Impacto positivo		Impacto negativo	
Origem	Valor	Origem	Valor
Margem financeira	460	Gastos com pessoal	123
Resultados de serviços e comissões	149	Outros resultados de exploração	8
Gastos gerais administrativos	11	Outros resultados	220
		Amortizações do exercício	3
		Provisões p. crédito cobr. duvidosa e crédito vencido, líquidas de reposições e anulações	684
		Provisões p. riscos gerais de crédito, líquidas reposições e anulações	63
		Imparidade de outros activos	28
<b>TOTAL</b>	<b>620</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.129</b>

**Variação = -509**

Para uma melhor compreensão da formação deste resultado, vejamos o comportamento das variáveis que o influenciam.

**Variáveis com impacto positivo:**

- A diferença entre os juros e rendimentos similares recebidos e os juros e encargos dispendidos foi superior à do exercício anterior;
- O saldo líquido dos rendimentos e dos encargos de serviços e comissões, foi igualmente mais favorável no ano em análise;
- Os gastos gerais foram ligeiramente inferiores aos do exercício anterior.

**Variáveis com impacto negativo:**

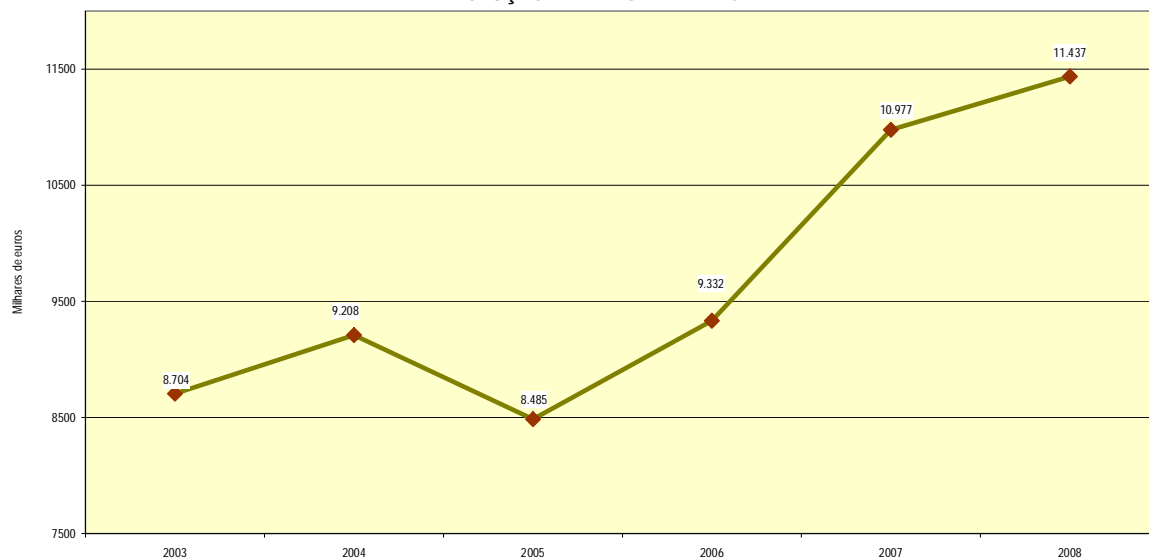
- Os gastos com pessoal cresceram moderadamente;
- As rubricas de "Outros resultados de exploração" e o agregado de outros resultados viram decrescer os seus saldos;
- As amortizações registaram um crescimento insignificante;
- As contas que integram os movimentos de provisões registaram um crescimento substancial;
- As imparidades de activos não financeiros, cresceram.

## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS

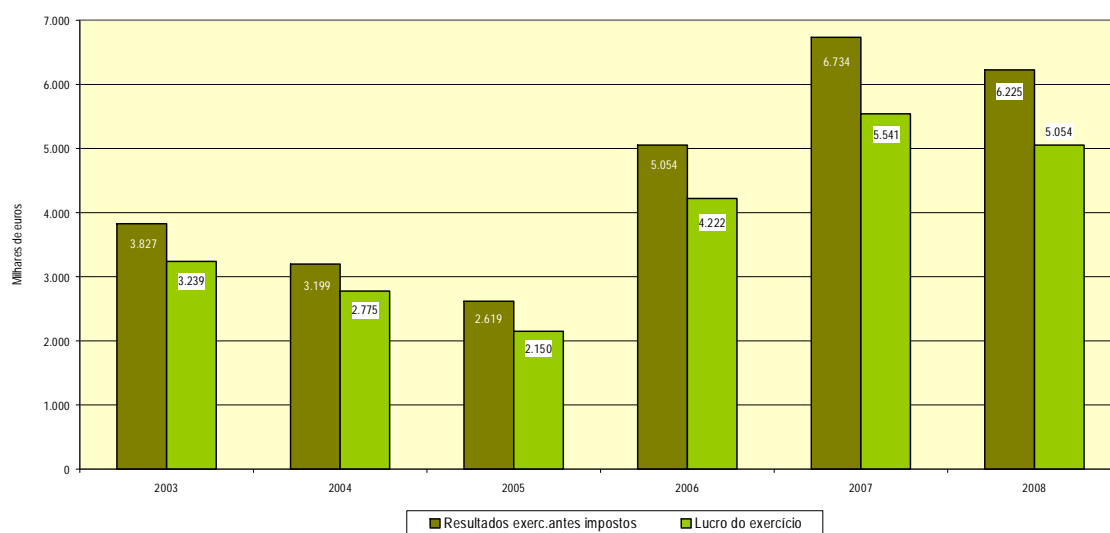
(milhares de euros)

Rubricas	2008	2007	Variação	
			Valor	%
1 Juros e rendimentos similares	21.275	19.324	1.951	10,10
2 Juros e encargos similares	9.838	8.347	1.490	17,85
<b>3 MARGEM FINANCEIRA (1-2)</b>	<b>11.437</b>	<b>10.977</b>	<b>460</b>	<b>4,19</b>
4 Rendimentos de instrumentos de capital	10	11	-1	-10,01
5 Rendimentos de serviços e comissões	1.255	1.072	183	17,08
6 Encargos com serviços e comissões	342	308	34	10,72
7 Result activos e passivos av. justo valor através result.	0	0	0	-
8 Resultados activos financeiros disponíveis p/ venda	275	-49	324	657,75
9 Resultados de reavaliação cambial	13	9	4	44,45
10 Resultados de alienação de outros activos	-544	3	-541	-
11 Outros resultados de exploração	263	271	-8	-2,96
<b>12 PROD. BANCÁRIO EXPLORAÇÃO (3+4+5-6+7+8+9+10+11)</b>	<b>12.367</b>	<b>11.986</b>	<b>381</b>	<b>3,18</b>
13 Gastos com o pessoal	4.073	3.950	123	3,12
14 Gastos gerais administrativos	1.307	1.318	-11	-0,81
<b>15 GASTOS ADMINISTRATIVOS (13+14)</b>	<b>5.380</b>	<b>5.268</b>	<b>112</b>	<b>2,13</b>
<b>16 RESULTADO OPERACIONAL (12-15)</b>	<b>6.987</b>	<b>6.717</b>	<b>270</b>	<b>4,02</b>
17 Amortizações do exercício	421	418	3	0,80
18 Provisões líquidas de reposições e anulações	29	-34	63	186,90
19 Reposição e anulação de provisões	126	-557	684	122,64
20 Imparidade outros act. financ. líq. reversões e recuperações	0	0	0	-
21 Imparidade outros activos líquida reversões e recuperações	186	157	28	17,74
<b>22 RESULT. EX. ANTES DE IMPOSTOS (16-17-18-19-20-21)</b>	<b>6.225</b>	<b>6.734</b>	<b>-509</b>	<b>-7,56</b>
23 Impostos correntes	1.107	1.301	-194	-14,88
24 Impostos diferidos	64	-108	171	158,81
<b>25 LUCRO DO EXERCÍCIO (22-23-24)</b>	<b>5.054</b>	<b>5.541</b>	<b>-487</b>	<b>-8,79</b>

### EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



### RESULTADOS DO EXERCÍCIO



## 9.2 – Produto bancário

O produto bancário cresceu no ano, mais de três por cento, devido ao bom comportamento da margem financeira e do produto líquido das comissões.

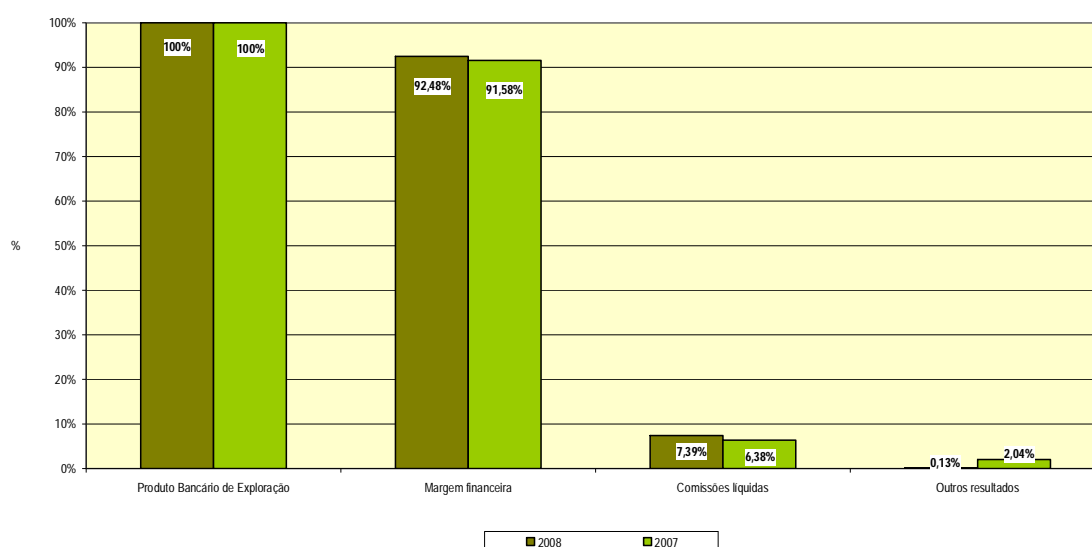
Apesar de todos os condicionalismos ainda foi possível fazer crescer o resultado financeiro, adoptando uma política atenta de harmonia entre as taxas das operações activas e passivas.

### FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2008		2007		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem financeira	11.437	92,48	10.977	91,58	460	4,19
Comissões	913	7,39	764	6,38	149	19,59
Outros resultados	17	0,13	245	2,04	-228	-93,38
Produto Bancário de Exploração	12.367	100,00	11.986	100,00	381	3,18

### FORMAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

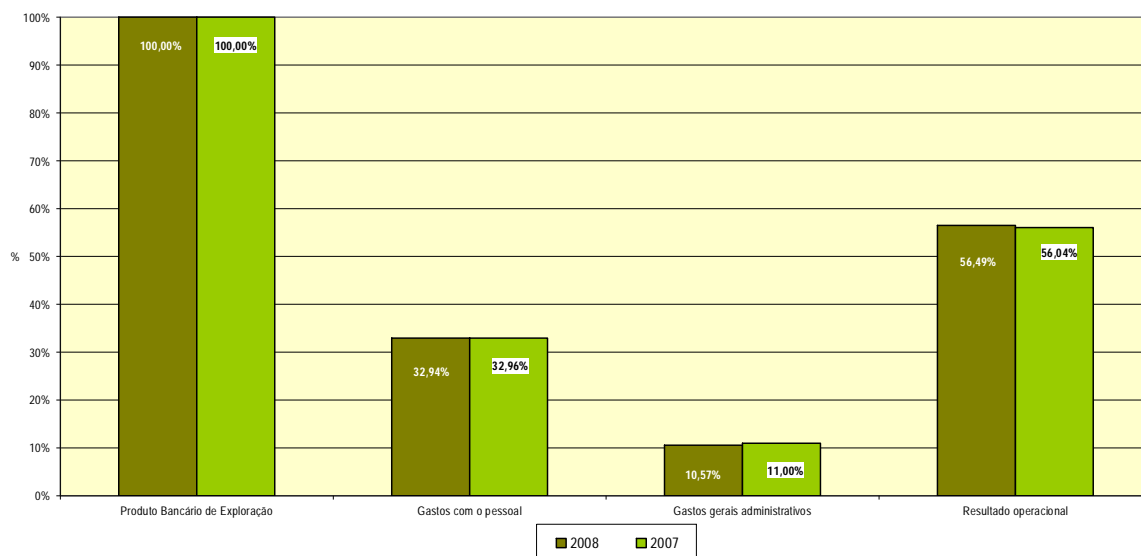


## APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO

(milhares de euros)

	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Gastos com o pessoal	4.073	32,94	3.950	32,96
Gastos gerais administrativos	1.307	10,57	1.318	11,00
Resultado operacional	6.987	56,49	6.718	56,04
Produto Bancário de Exploração	12.367	100,00	11.986	100,00

### APLICAÇÃO DO PRODUTO BANCÁRIO



## 9.3 – Eficiência

### Cálculo do rácio de eficiência total (cost-to-income)

	Unidade	2008	2007
Gastos com o pessoal	<i>mil euros</i>	4.073	3.950
Gastos gerais administrativos	<i>mil euros</i>	1.307	1.318
Amortizações do exercício	<i>mil euros</i>	421	418
<b>Custos de funcionamento (A)</b>	<b><i>mil euros</i></b>	<b>5.801</b>	<b>5.686</b>
<b>Produto bancário (C)</b>	<b><i>mil euros</i></b>	<b>12.367</b>	<b>11.986</b>
<b>RÁCIO COST-TO-INCOME (A/C)</b>	<b>%</b>	<b>46,91</b>	<b>47,44</b>



O rácio "*cost-to-income*" que traduz o quociente entre os custos de funcionamento e produto bancário tem vindo a apresentar resultados tendencialmente favoráveis, já que há dois anos era claramente superior aos cinquenta por cento (52,37) o ano passado cifrava-se nos 47,44 por cento e em 2008 fixou-se em 46,91 por cento, que é um valor muito positivo dentro do panorama do sector bancário português.

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ESTRUTURA

(milhares de euros)

Contas	2008	2007	Variação	
			Valor	%
<b>1. Gastos com pessoal</b>	<b>4.073</b>	<b>3.950</b>	<b>123</b>	<b>3,12</b>
Remuneração de órgãos de gestão e fiscalização	290	295	-5	-1,70
Remuneração de empregados	2.828	2.751	77	2,80
Encargos sociais obrigatórios	894	792	102	12,88
Outros custos com pessoal	61	112	-52	-45,54
<b>2. Gastos gerais administrativos</b>	<b>1.307</b>	<b>1.318</b>	<b>-11</b>	<b>-0,84</b>
Fornecimento de terceiros	178	195	-17	-8,72
Rendas e alugueres	27	27	0	-1,82
Comunicações	279	338	-59	-17,53
Deslocações, estadas e representações	70	68	2	2,95
Publicidade e edição de publicações	25	37	-12	-33,55
Conservação e reparação	80	139	-59	-42,68
Transportes	3	2	1	32,71
Formação de pessoal	2	4	-2	-44,51
Seguros	32	27	5	19,54
Serviços especializados	433	322	111	34,43
Outros serviços de terceiros	178	159	19	12,28
<b>3. Amortizações do exercício</b>	<b>421</b>	<b>418</b>	<b>3</b>	<b>0,80</b>
Imóveis	120	124	-4	-3,02
Equipamento	228	218	10	4,66
Software	73	76	-3	-4,09
<b>4. TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA</b>	<b>5.801</b>	<b>5.686</b>	<b>115</b>	<b>2,03</b>
<b>5. PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>12.367</b>	<b>11.986</b>	<b>381</b>	<b>3,18</b>
Margem financeira	11.437	10.977	461	4,20
Resultado de comissões e de outros	930	1.009	-79	-7,84
<b>6. RÁCIO COST-TO-INCOME (4/5)</b>	<b>46,91%</b>	<b>47,44%</b>	<b>-0,53 p.p.</b>	<b>-1,11</b>

## EFICIÊNCIA RELATIVA

(em percentagem)

Rátios	2008	2007	Variação	
			Valor	em %
1. Gastos com pessoal / Prod. bancário exploração	32,94	32,96	-0,02 p.p.	-0,07
2. Gastos gerais administrativos / Produto bancário	10,57	11,00	-0,43 p.p.	-3,87
3. Amortiz. exercício / Produto bancário Exploração	3,40	3,48	-0,08 p.p.	-2,31
<b>4. RÁCIO COST-TO-INCOME (1+2+3)</b>	<b>46,91</b>	<b>47,44</b>	<b>-0,53 p.p.</b>	<b>-1,11</b>

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO	Unidade	2008	2007
Activo líquido / n.º de trabalhadores	mil euros	3.736	3.470
Custos administrativos / activo líquido	%	1,35%	1,37%
Depósitos / N.º empregados	mil euros	3.174	2.973
Gastos com pessoal / Recursos alheios	%	1,19%	1,19%
Produto bancário Exploração / n.º empregados	mil euros	116	108
Volume de negócios / n.º empregados	mil euros	6.888	6.421
Total empregados / n.º balcões	em n.º	6,7	6,9

Em valor absoluto os indicadores que medem o grau de eficiência da Caixa de Leiria são muito satisfatórios.

Os quadros acima são ainda elucidativos quanto à tendência favorável da sua evolução no ano em análise.

## 9.4 – Rendibilidade

INDICADORES DE RENDIBILIDADE	Unidade	2008	2007
A. Margem de lucro (ml)	%	20,72%	24,13%
B. Rendimento dos activos (ra)	%	6,21%	6,00%
C. Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	%	1,29%	1,45%
D. Relação Activo líq. médio / Recursos próprios médios	n.º	9,11	10,23
E. Rendibilidade dos recursos próprios (ROE)	%	11,72%	14,81%
F. Resultados antes impostos / Activo líquido médio	%	1,59%	1,76%
G. Produto bancário / Activo líquido médio	%	3,15%	3,13%
H. Resultados antes impostos / Recursos próprios médios	%	14,43%	18,00%

A. Resultados do exercício / Proveitos totais

B. Proveitos totais / Activo líquido médio

E. ROE = C x D

## 10. INDICADORES PRUDENCIAIS

INDICADORES PRUDENCIAIS	Unidade	2008	2007
Rácio de liquidez	%	105,30	105,80
Rácio de solvabilidade	%	28,51	25,40
Imobilizado líquido / fundos próprios	%	24,42	25,99
Provisões crédito / crédito e juros vencidos	%	93,89	98,24
Provisões para riscos gerais crédito / crédito concedido	%	1,00	1,00

Os rácios de solvabilidade e a relação entre o imobilizado líquido e os fundos próprios mostram valores que cumprem largamente os valores de referência que estão estabelecidos pela entidade reguladora.

Os restantes indicadores afiguram-se compatíveis com as normas prudenciais.

### ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS (a)

(milhares de euros)

Rubricas	2008	2007	Variação	
			Valor	%
Fundos próprios base elegíveis	46.525	41.485	5.040	12,15
Fundos próprios complem. elegíveis	1.788	1.759	29	1,65
Deduções	738	778	-40	-5,15
<b>1. Fundos próprios elegíveis</b>	<b>47.575</b>	<b>42.466</b>	<b>5.109</b>	<b>12,03</b>
<b>2. Activos e elementos extrapatr. ponderados</b>	<b>143.797</b>	<b>167.186</b>	<b>-23.389</b>	<b>-13,99</b>
<b>3. Requisitos de fundos próprios</b>	<b>13.348</b>	<b>13.375</b>	<b>-27</b>	<b>-0,21</b>
<b>4. Fundos próprios disponíveis (1-3)</b>	<b>34.227</b>	<b>29.091</b>	<b>5.136</b>	<b>17,66</b>
<b>5. RÁCIO DE SOLVABILIDADE (1 / (3 x 12,5))</b>	<b>28,51%</b>	<b>25,40%</b>	<b>3,11 p.p.</b>	<b>12,25</b>

### ADEQUAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE (a)

(milhares de euros)

Rubricas	2008	2007	Variação	
			Valor	%
1. Fundos próprios de base	46.525	41.485	5.040	12,15
2. Requisitos de fundos próprios x (12,5)	143.797	167.186	-23.389	-13,99
3. Rácio de adequação dos Fundos P. base (Tier 1)	32,36%	24,82%	7,54 p.p.	30,38

a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (Instrução 16/2004)

## 11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2008, no montante 5 054 294,91 euros, bem como para os resultados transitados positivos no valor de 22 011,09 euros, propõe-se a seguinte distribuição:

	(em euros)
▪ Reserva legal .....	3 000 000,00
▪ Reserva especial .....	2 075 306,00
▪ Reserva para educação e formação cooperativa .....	500,00
▪ Reserva para mutualismo .....	500,00

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da Assembleia-geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

<b>Capital Social .....</b>	<b>30 132 535,00</b>
<b>Reservas .....</b>	<b>15 008 060,50</b>
Reserva legal .....	11 000 000,00
Reserva para educ.e form. Cooperativa .....	16 500,00
Reserva para mutualismo .....	23 500,00
Reservas resultantes da valorização ao justo valor .....	(479 152,47)
Reserva de reavaliação legais .....	545 368,34
Reservas por impostos diferidos .....	47 713,23
Reserva especial .....	3 854 131,40
<b>Situação líquida .....</b>	<b>45 140 595,50</b>

### Nota final:

**Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.**

Leiria, 27 de Fevereiro de 2009

A Direcção

**Balanço em base individual (NCA)**

**31 de Dezembro de 2008**

€

	Notas/ /Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
<b>Activo</b>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13	11,101,914		11,101,914	9,574,976
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	10,632,144		10,632,144	7,757,670
Activos financeiros detidos para negociação					
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Activos financeiros disponíveis para venda	15	17,818,124	0	17,818,124	23,402,917
Aplicações em instituições de crédito	16	213,432,341	0	213,432,341	199,876,221
Crédito a clientes	17	141,301,612	9,762,864	131,538,748	129,601,539
Investimentos detidos até à maturidade					
Activos com acordo de recompra					
Derivados de cobertura					
Activos não correntes detidos para venda	18	4,020,625	381,922	3,638,703	3,723,077
Propriedades de investimento					
Outros activos tangíveis	19	15,123,736	5,775,817	9,347,919	8,604,039
Activos intangíveis	20	1,654,106	1,193,657	460,449	411,763
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	21	2,500		2,500	
Activos por impostos correntes	29	7,610		7,610	
Activos por impostos diferidos	30	621,925		621,925	668,692
Outros activos	22	1,165,483	32,654	1,132,829	1,560,141
<b>Total de Activo</b>		<b>416,882,120</b>	<b>17,146,914</b>	<b>399,735,206</b>	<b>385,181,035</b>

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

**Balanço em base individual (NCA)**

**31 de Dezembro de 2008**

€

	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
<b>Passivo</b>			
Recursos de bancos centrais			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Recursos de outras instituições de crédito	23	3,083,010	2,676,810
Recursos de clientes e outros empréstimos	24	339,620,439	330,034,600
Responsabilidades representadas por títulos			
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados de cobertura			
Passivos não correntes detidos para venda			
Provisões	25	1,419,049	1,389,787
Passivos por impostos correntes	29	0	332,545
Passivos por impostos diferidos	30	64,928	43,419
Instrumentos representativos de capital	27	7,827,444	8,227,037
Outros passivos subordinados			
Outros passivos	26	2,579,742	3,122,266
<b>Total de Passivo</b>		<b>354,594,612</b>	<b>345,826,464</b>
<b>Capital</b>			
Capital	27	30,132,535	25,122,140
Prémios de emissão			
Outros instrumentos de capital			
Ações próprias			
Reservas de reavaliação	28	113,928	-585,394
Outras reservas e resultados transitados	28	9,839,836	9,277,148
Resultado do exercício		5,054,295	5,540,677
Dividendos antecipados		0	
<b>Total de Capital</b>		<b>45,140,594</b>	<b>39,354,571</b>
<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>399,735,206</b>	<b>385,181,035</b>

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção



**Demonstração de Resultados em base individual (NCA)**

**31 de Dezembro de 2008**

		€	
	Notas/ /Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	2	21,274,751	19,323,676
Juros e encargos similares	2	9,837,467	8,347,095
<b>Margem Financeira</b>		<b>11,437,284</b>	<b>10,976,581</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	3	9,907	11,009
Rendimentos de serviços e comissões	4	1,255,458	1,072,277
Encargos com serviços e comissões	4	341,657	308,176
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados			
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5	275,049	-49,314
Resultados de reavaliação cambial	6	13,122	8,566
Resultados de alienação de outros activos	7	-543,832	3,435
Outros resultados de exploração	8	261,985	271,384
<b>Produto bancário</b>		<b>12,367,316</b>	<b>11,985,762</b>
Custos com pessoal	9	4,073,459	3,950,388
Gastos gerais administrativos	10	1,307,313	1,317,974
Amortizações do exercício	19 e 20	420,845	417,508
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	29,262	-33,675
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	12 e 17	126,244	-557,582
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	185,320	157,391
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6,224,873</b>	<b>6,733,758</b>
Impostos			
Correntes	29	1,107,210	1,300,840
Diferidos		63,368	-107,759
<b>Resultado após impostos</b>		<b>5,054,295</b>	<b>5,540,677</b>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-503,762	0

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

## **CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA DE LEIRIA, C.R.L.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

#### **EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA's**

##### **NOTA INTRODUTÓRIA**

A CCAM de Leiria (adiante apenas designada por "CCAM") foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de dezasseis balcões ligados "on line" entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no Aviso n.º 6/99 do Banco de Portugal, bem como operações de crédito com finalidades diferentes das previstas no RJCAM, com os limites estabelecidos pela Instrução n.º 31/99 do Banco de Portugal.

Até ao exercício de 2005, inclusive, a CCAM preparou as suas contas de acordo com a Instrução n.º 4/96 (PCSB), tendo passado a aplicar as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) a partir do exercício de 2006.

## **NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **A) Bases de Apresentação**

Os valores apresentados estão expressos em euros.

Para os períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (“PCSB”) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

A partir do exercício de 2006, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 28 de Fevereiro, e outra legislação subsequente.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

As matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 são, em síntese, as seguintes:

#### **A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES**

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros, realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de activos financeiros;
- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objecto de correcção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico, os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal n.º 6/2005, de 28 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vincendas de uma mesma operação de crédito, nas condições do n.º 4.º do

Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal;

- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.

#### A.2 - RESTANTES ACTIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes activos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso n.º 3/95 e na Instrução n.º 7/2005, de 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

#### A.3 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que os ajustamentos de valor daí resultantes serão incorporados em sub-rubrica apropriada da conta “Reservas de reavaliação legais”.

### **B) Principais Políticas Contabilísticas**

#### B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

### *Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis*

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associados prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações, registados em resultados ao longo da sua vida.

## **B2 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo excepções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transacção directamente atribuíveis, com excepção dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transacção são de imediato reconhecidos em resultados.

### **B2.1 - ACTIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO**

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transaccionados em mercados activos classificados como de negociação.

Estes activos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transacções registados em resultados; os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

#### B2.2 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (excepto no caso de perdas de imparidade) até que o activo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados à taxa de juro nominal.

### B3 - ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efectuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

### B4 - ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicada ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

### B5 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros activos intangíveis, cujo impacto se repercute para



além do exercício em que são gerados. Estes activos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

#### **B6 - OUTROS ACTIVOS**

Esta rubrica residual inclui todos os activos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução n.º 7/2005 de que os activos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

#### **B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS**

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido actual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são directamente reconhecidas em resultados do exercício.

#### **B8 -PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS**

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da actividade. O seu reconhecimento efectua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## **B9- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS**

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a *CCAM*, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Desde 2001, tal como no exercício actual a *CCAM* foi tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e à taxa geral 25% (excluídas do EFC), a *CCAM* elaborou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da *CCAM* durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

## **B10- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

### **B10.1 – FUNDO DE PENSÕES**

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a *CCAM* aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de

pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACT)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao *ACT*, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou também a ser assegurado pelo Fundo de Pensões.

O valor global das *responsabilidades com pensões e outros benefícios*, encontra-se, consoante a respectiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Activos. O valor correspondente ao exercício de 2008, no montante de 260.239 euros, por ter natureza credora, é apresentado na rubrica Outros Passivos.

Nos termos do n.º 2 do n.º 11.º do Aviso n.º 12/2001, as instituições de crédito que apliquem as NCA's, devem divulgar em nota adequada do anexo às contas, diversa informação relativa às responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, a qual será detalhada mais adiante na Nota 26.

#### **B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE**

No termos do ACT a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no activo, que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

De acordo com a Carta Circular 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006, a CCAM reconheceu em Outros Passivos, aquelas responsabilidades. O acréscimo do exercício, no montante de 19.589 euros, foi apurado com base nos critérios utilizados pelo Crédito Agrícola. No mesmo período, foi colocado à disposição dos beneficiários o total de 15.734 euros.

### B10.3 – ENCARGOS COM O SAMS

Conforme já foi referido, a partir do exercício de 2008, inclusive, o financiamento das responsabilidades com o SAMS passou a ser assegurado pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, tendo-se procedido à reclassificação dessas responsabilidades, que estavam contabilizadas anteriormente em Encargos a Pagar. No final do ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu um novo aviso (Aviso n.º 7/2008), no qual permite diferir os impactos decorrentes da transição para a IAS 19, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Assim, o montante de 575.450 euros, que em 31-12-2007 ainda estava por reconhecer em resultados transitados, irá agora ser imputado ao longo de nove anos, sendo o montante a reconhecer anualmente de 63.939 euros.

### B11 – CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.481.968,46); prevê ainda um capital mínimo a subscrever em títulos de capital por cada associado (i.e. até 1998-12-31 € 249, após essa data € 498).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Sempre que existam títulos de capital “extraordinário” sujeitos a remuneração, o montante total destes títulos, acrescido dos respectivos juros corridos, é reclassificado para a respectiva rubrica de Passivo, “Instrumentos representativos de capital”.

### B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

A CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*, que foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante “até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte”) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 10% para o exercício de 2008 (15% em 2007).

Em 2008, a taxa contributiva de base aplicável é de 0,03%, sendo a respectiva contribuição paga, de 68.864 euros, reconhecida em custos de forma linear ao longo do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2008, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor 700.000 euros em OT 4,45% – Junho 2008-2018, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com o Fundo de Garantia de Depósitos.

#### B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

#### B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base na taxa de câmbio no dia da operação; as existências no final do ano foram convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2008, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

## **B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS**

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce directa ou indirectamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é igual ou superior a 20%.

### **NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais	264,784	251,237
Juros de disponibilidades e aplicações em Instituições Financeiras	11,600,397	9,624,430
Juros de Crédito	8,598,869	8,564,740
Juros de Activos Financeiros disponiveis para Venda	810,701	866,904
Outros Juros e Rendimentos Similares	0	16,365
	<b>21,274,751</b>	<b>19,323,676</b>
<b>Juros e Encargos Similares</b>		
Juros de Recursos de Bancos Centrais e Instituições de Crédito	115,910	357,938
Juros de Depósitos de Clientes	9,300,502	7,574,639
Outros Juros e Encargos Similares	421,055	414,518
	<b>9,837,467</b>	<b>8,347,095</b>
<b>Margem Financeira</b>	<b>11,437,284</b>	<b>10,976,581</b>

### **NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL**

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<b>31-12-2008</b>	<b>31-12-2007</b>
Activos Financeiros Disponiveis para Venda	9,907	11,009
	<b>9,907</b>	<b>11,009</b>

#### NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Rendimentos de Serviços e Comissões</b>		
Por garantias prestadas	99,682	105,407
Por serviços bancários prestados	960,308	864,383
Por operações realizadas por conta de terceiros	147,642	54,979
Outras comissões recebidas	47,826	47,508
	<b>1,255,458</b>	<b>1,072,277</b>
<b>Encargos com Serviços e Comissões</b>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	257,515	223,309
Por operações realizadas por terceiros	0	0
Outras comissões pagas	84,142	84,867
	<b>341,657</b>	<b>308,176</b>

#### NOTA 5 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008			31-12-2007		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Instrumentos de Dívida</b>						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	289,423	14,374	275,049	126,960	176,274	-49,314
	<b>289,423</b>	<b>14,374</b>	<b>275,049</b>	<b>126,960</b>	<b>176,274</b>	<b>-49,314</b>

## NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008			31-12-2007		
	Proveitos	Custos	Resultado	Proveitos	Custos	Resultado
<b>Reavaliação Cambial</b>						
Ganhos/Perdas Diferenç. Câmbio	23,093	9,971	13,122	13,082	4,516	8,566
	<b>23,093</b>	<b>9,971</b>	<b>13,122</b>	<b>13,082</b>	<b>4,516</b>	<b>8,566</b>

## NOTA 7 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Resultado de Alienação de Outros Activos</b>		
Activos Não Correntes Detidos para Venda	-503,762	0
Outros Activos Tangíveis	-40,070	3,435
	<b>-543,832</b>	<b>3,435</b>



## NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Outros Proveitos Operacionais</b>		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	538,384	608,272
	<b>538,384</b>	<b>608,272</b>
<b>Outros Custos Operacionais</b>		
Impostos Directos e Indirectos	18,206	85,771
Quotizações e Donativos	179,551	161,288
Contribuições para o FGD	68,864	63,628
Outros Encargos e Gastos Operacionais	9,778	26,201
	<b>276,399</b>	<b>336,888</b>
	<b>261,985</b>	<b>271,384</b>

## NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Vencimentos e Salários</b>		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	289,810	294,606
Remuneração Empregados	2,828,177	2,751,062
<b>Encargos Sociais Obrigatórios</b>		
Segurança Social	582,645	563,905
SAMS	162,880	157,205
Fundo de Pensões	121,022	39,825
Outros Encargos Obrigatórios	27,605	30,728
<b>Outros Custos com o Pessoal</b>		
Serviços Clínicos	4,600	4,600
Contribuições para Associações de Empregados	18,110	17,390
Outros	38,610	91,067
	<b>4,073,459</b>	<b>3,950,388</b>

## NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
Água, Energia e Combustíveis	90,006	86,981
Material de Consumo Corrente	77,579	89,725
Publicações	2,095	1,953
Material de Higiene e Limpeza	3,178	4,159
Outros Fornecimentos de Terceiros	6,021	12,301
Rendas e Alugueres	26,845	27,344
Comunicações	278,559	337,780
Deslocações Estadas e Representação	70,209	67,686
Publicidade e Edição de Publicações	24,516	36,894
Conservação e Reparação	79,625	138,911
Transportes	3,173	2,391
Formação de Pessoal	2,419	4,359
Seguros	32,258	26,984
Serviços Especializados		
Avenças e Honorários	78,304	32,501
Judiciais Contencioso e Notariado	64,697	75,185
Informática	117,639	104,279
Limpeza	63,586	58,295
Informações	175	175
Outros Serviços Especializados	108,375	51,490
Outros Serviços de Terceiros	178,054	158,581
	<b>1,307,313</b>	<b>1,317,974</b>

## NOTA 11 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2008	31-12-2007
Dotações	72,737	57,494
Reversões	43,475	91,169
<b>Saldo (Dotações - Reversões)</b>	<b>29,262</b>	<b>-33,675</b>

## NOTA 12 – CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2008	31-12-2007
Dotações	960,209	961,873
Reversões	833,965	1,519,455
<b>Saldo (Dotações - Reversões)</b>	<b>126,244</b>	<b>-557,582</b>

## NOTA 13 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Caixa</b>	4,731,782	3,817,918
<b>Depósitos à Ordem em Bancos Centrais</b>		
Banco de Portugal	6,370,132	5,757,058
	<b>11,101,914</b>	<b>9,574,976</b>

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

## NOTA 14 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos à ordem	8,810,819	5,782,552
Cheques a Cobrar	1,821,325	1,975,118
	<b>10,632,144</b>	<b>7,757,670</b>

## NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008						
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
Instrumentos de Dívida							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	16,510,362	16,490,212	115,250	100,337	94,143		16,605,462
Instrumentos de Capital							
Participações Financeiras							
Acções	50,125	1,212,662					1,212,662
Outras							
	16,560,487	17,702,874	115,250	100,337	94,143	0	17,818,124

31-12-2007							
	Valor Nominal	Valor Mercado	Juros corridos	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
				Positiva	Negativa		
<b>Instrumentos de Dívida</b>							
De Dívida Pública							
Títulos de Dívida Pública	22,527,548	22,214,790	-25,135		377,718		22,189,655
<b>Instrumentos de Capital</b>							
Participações Financeiras							
Ações	50,725	1,213,262					1,213,262
Outras							
	<b>22,578,273</b>	<b>23,428,052</b>	<b>-25,135</b>	<b>0</b>	<b>377,718</b>	<b>0</b>	<b>23,402,917</b>

## NOTA 16 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Aplicações em Instituições de Crédito no País</b>		
Depósitos	211,390,505	198,751,139
<b>Juros e Rendimentos Similares</b>		
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito	2,041,836	1,125,082
	<b>213,432,341</b>	<b>199,876,221</b>

## NOTA 17 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Credito Interno + Juros</b>		
<b>Empresas e Administrações Publicas</b>		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos	2,932,646	2,729,824
Empréstimos	39,527,193	40,914,170
Créditos em Conta Corrente	8,418,690	8,874,190
Descobertos em Depósitos à Ordem	11,600	11,376
<b>Particulares</b>		
Habitação	45,285,966	41,584,032
Consumo	6,081,368	5,850,834
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito	577,307	676,863
Empréstimos	25,388,085	26,504,586
Créditos em Conta Corrente	1,167,202	863,666
Descobertos em Depósitos à Ordem	2,120	2,186
	<b>129,392,177</b>	<b>128,011,727</b>
<b>Credito e Juros Vencidos</b>		
<b>Empresas e Administrações Publicas</b>	8,298,396	7,969,782
<b>Particulares</b>		
Habitação	849,074	707,963
Consumo	361,333	368,880
Outras Finalidades	2,383,971	2,340,890
<b>Juros Vencidos a Regularizar</b>	16,661	8,494
	<b>11,909,435</b>	<b>11,396,009</b>
<b>Provisões Acumuladas</b>		
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-50,774	-65,412
Para Crédito Vencido	-9,712,090	-9,740,785
	<b>-9,762,864</b>	<b>-9,806,197</b>
	<b>131,538,748</b>	<b>129,601,539</b>

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, foram os seguintes:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Saldo Inicial</b>	<b>9,806,197</b>	<b>11,327,165</b>
Dotações	960,209	961,872
Utilizações	169,577	963,385
Reversões	833,965	1,519,455
Transf. de Reservas	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>9,762,864</b>	<b>9,806,197</b>

#### **NOTA 18 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA**

O valor desta rubrica é composto por:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Activos Não Correntes Detidos para Venda</b>		
Imoveis	4,015,637	3,924,690
Outros Activos	4,988	4,988
<b>Provisões para Imparidade - Activos Não Financeiros</b>		
Outros Activos Tangiveis	-381,922	-206,601
	<b>3,638,703</b>	<b>3,723,077</b>

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Saldo Inicial</b>	<b>206,601</b>	<b>49,210</b>
Dotações	283,831	157,391
Utilizações	10,000	0
Reversões	98,510	0
Transf. para Reservas	0	0
<b>Saldo Final</b>	<b>381,922</b>	<b>206,601</b>

## NOTA 19 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Imóveis</b>		
De Serviço Próprio	5,233,306	5,323,923
Obras em Imóveis Arrendados	0	0
<b>Equipamento</b>		
Mobiliário e Material	18,617	25,034
Maquinas e Ferramentas	64,226	13,954
Equipamento Informático	174,174	215,225
Instalações Interiores	70,533	84,989
Material de Transporte	49,743	90,089
Equipamento de Segurança	139,233	167,981
Outro Equipamento	0	0
<b>Outros Activos Tangíveis</b>		
Diversos	0	0
Património Artístico	14,860	14,932
<b>Activos Tangíveis em Curso</b>		
Imóveis	3,554,122	2,643,778
Equipamento	29,105	24,134
	<b>9,347,919</b>	<b>8,604,039</b>

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Activos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2007</b>	<b>5,323,923</b>	<b>597,272</b>	<b>14,932</b>	<b>2,667,912</b>	<b>8,604,039</b>
Compras	25,999	147,705	2,750	998,044	1,174,498
Abates (Líquido)				82,729	82,729
Amortizações do Exercício	116,616	228,451	2,822		347,889
Transferências					0
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2008</b>	<b>5,233,306</b>	<b>516,526</b>	<b>14,860</b>	<b>3,583,227</b>	<b>9,347,919</b>



## NOTA 20 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Outros Activos Intangíveis</b>		
Sistemas de Tratamento Automático de Dados	84,612	113,199
Outros Activos Intangíveis	0	0
Activos Intangíveis em Curso	375,837	298,564
	<b>460,449</b>	<b>411,763</b>

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Sistemas de Tratamento Automático de Dados	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Total
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2007</b>	<b>113,199</b>	<b>0</b>	<b>298,564</b>	<b>411,763</b>
Compras	44,369		77,273	121,642
Abates (Líquido)				0
Amortizações do Exercício	72,956			72,956
Transferências				0
Regularizações				0
<b>Saldo Líquido a 31-Dez-2008</b>	<b>84,612</b>	<b>0</b>	<b>375,837</b>	<b>460,449</b>

## NOTA 21 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
Investimentos em Associadas	1,250	0
Investimentos em Empreendimentos Conjuntos	1,250	0
	<b>2,500</b>	<b>0</b>

## NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Devedores e Outras Aplicações</b>		
Aplicações Diversas	0	275
Devedores Diversos	240,970	83,250
<b>Outros Activos</b>		
Outros Metais Preciosos, Numismática e Meda.	82	77
<b>Rendimentos a Receber</b>		
Outros Rendimentos a Receber	4,943	8,714
<b>Despesas com Encargo Diferido</b>		
Outras Despesas com Encargo Diferido	653,686	721,494
<b>Responsab. com Pensões e Out. Benefícios</b>		
Resp. c/ Pensões Out. Benefícios (saldo devedor)	0	456,679
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Operações a Regularizar	233,148	289,652
	<b>1,132,829</b>	<b>1,560,141</b>

## NOTA 23 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Recursos de Outras Instituições de Crédito</b>		
Depósitos à Ordem	75,968	165,716
Depósitos a Prazo	3,007,042	2,511,094
	<b>3,083,010</b>	<b>2,676,810</b>

## NOTA 24 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Depósitos de Residentes</b>		
Do Sector Publico Administrativo		
Depósitos à Ordem	928,370	1,549,298
Depósitos a Prazo	175,356	585,767
De Emigrantes		
Depósitos à Ordem	1,181,169	1,083,756
Depósitos a Prazo	8,886,810	9,352,924
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	67,894,566	67,894,387
Depósitos a Prazo	211,051,051	199,485,272
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformados	35,745,870	34,786,428
Poupança Outros	1,035,717	1,522,330
Outros	12,509,497	13,303,272
<b>Outros Recursos de Clientes</b>		
Cheques e Ordens a Pagar	212,033	471,166
	<b>339,620,439</b>	<b>330,034,600</b>

## NOTA 25 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	Provisão para Riscos Gerais de Crédito	Provisão para Garantias e Compromissos Assumidos	Total
<b>Saldo a 31-Dez-2007</b>	<b>1,172,449</b>	<b>217,338</b>	<b>1,389,787</b>
Dotações	72,737	0	72,737
Utilizações	0	0	0
Reversões	43,475	0	43,475
<b>Saldo a 31-Dez-2008</b>	<b>1,201,711</b>	<b>217,338</b>	<b>1,419,049</b>

## NOTA 26 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Credores e Outros Recursos</b>		
Recursos Diversos	2,698	9,948
Sector Publico Administrativo	385,805	345,595
Cobranças por Conta de Terceiros	5,699	5,612
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	18,110	17,549
Credores Diversos	259,826	451,712
<b>Responsab. com Pensões e Out. Benefícios</b>		
Respons. c/ Pensões e Out. Benefícios (saldo credor)	260,239	0
<b>Receitas Com Rendimento Diferido</b>		
Outras Receitas c/ Rendimento Diferido (s/ crédito)	5,764	5,530
<b>Encargos a Pagar</b>		
Outros Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal		
Rem. Órgãos Gestão e Fiscalização	51,039	49,823
Remunerações de Empregados	438,885	443,587
Outros Gastos com Pessoal	476,201	1,052,508
Por Gastos Gerais Administrativos	0	0
<b>Outras Contas de Regularização</b>		
Outras Contas de Regularização	675,476	740,402
	<b>2,579,742</b>	<b>3,122,266</b>

O montante global das responsabilidades com pensões e outros benefícios, por ter natureza credora, é apresentado nesta rubrica, e resulta do valor das responsabilidades totais de 1.417.939 euros, deduzido do valor patrimonial do fundo de pensões e dos desvios actuariais, de 1.048.971 euros e 108.729 euros, respectivamente.

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, apresentadas nesta rubrica, estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, do qual é Associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A..

No exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiadas através do Fundo de Pensões. De acordo com a cláusula 116.<sup>a</sup> do acordo colectivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões totais de reforma e sobrevivência, independentemente das pensões recebidas da Segurança Social.

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, licenças sem vencimento e reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM). De acordo com as Cláusulas 109.<sup>o</sup>, 110.<sup>o</sup> e 111.<sup>o</sup> do ACT, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de Dezembro de 2008, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuíam-se de acordo com o seguinte quadro:

<b>Trabalhadores no Activo</b>	
Número de participantes	107
Número de participantes com mais de 65 anos	0
Idade média	41.5
Antiguidade média na banca	15.6
Salário médio anual	23,087.36 €
Folha anual de salários	2,470,347.32 €
<b>Licenças sem Vencimento</b>	
Número de participantes	2
Número de participantes com mais de 65 anos	0
Idade média	38.5
Antiguidade média na banca	12.5
Salário médio anual	19,528.25 €
Folha anual de salários	39,056.50 €
<b>Reformados</b>	
Número de beneficiários	9
Idade média	70.4
Pensões anuais	15,392.94 €
Pensão média anual a cargo do Fundo	1,710.33 €

Na avaliação actuarial, foram considerados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

<b>Pressupostos Financeiros</b>	
Taxa de crescimento salarial futura	3%
Taxa de crescimento do Salário Mínimo Nacional	4.5%
Taxa de desconto	5.5%
Taxa de crescimento das pensões	2%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007 de 10 de Maio	2.25%
Taxa de revalorização de salários para a Seg. Social - n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 187/2007 de 10 de Maio	2%
<b>Pressupostos Demográficos</b>	
Tábua de mortalidade	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da Segurança Social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do Índice de Preços no Consumidor Sem Habitação.

Para efeito da presente avaliação actuarial, considerou-se que a esperança média de vida aos 65 anos aumenta um ano em cada período de dez anos.

Para estimação da pensão a cargo do Fundo, utilizou-se a tabela do ACT das Instituições do Crédito Agrícola, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.ª do ACT, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.ª do mesmo documento.

O método de cálculo utilizado foi o do "Projected Unit Credit", para as responsabilidades com pensões diferidas de velhice e sobrevivência.

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais), referente aos trabalhadores no activo e licenças sem vencimento foi o que seguidamente se indica:

Responsabilidades	Valores
<b>Reforma por Velhice</b>	
Responsabilidades Totais	1,772,880
Serviços Passados (1)	646,983
<b>Invalidez</b>	
Responsabilidades Totais	813,121
Serviços Passados (2)	348,727
<b>Sobrevivência Imediata</b>	
Responsabilidades Totais	53,713
Serviços Passados (3)	29,366
<b>Total Serviços Passados (1)+(2)+(3)</b>	<b>1,025,076</b>

Relativamente às pensões em pagamento aos actuais reformados e pensionistas, os valores das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com o SAMS, ascendem a 324.034 euros.

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, nomeadamente a IAS 19, a desagregação do acréscimo anual de responsabilidades do Plano de Pensões, assenta nos seguintes valores:

Custo do serviço corrente .....	70.618
Custo dos juros .....	80.528
Rendimento esperado dos activos do Fundo .....	40.775
Acréscimo de responsabilidades com reformas antecipadas.....	0
Ganhos e perdas actuariais .....	-237.815

O movimento ocorrido durante o exercício de 2008 relativo ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, foi o seguinte:

<b>Responsabilidades com Pensões em 31-12-2007</b>	<b>881,580</b>
<b>Responsabilidades com SAMS em 31-12-2007</b>	<b>595,896</b>
(+) Custo do serviço corrente	70,618
(+) Custo dos juros	80,528
(+/-) Ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades	-264,120
(+) Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	0
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	15,393
<b>Responsabilidades Totais em 31-12-2008</b>	<b>1,349,109</b>

O movimento ocorrido na quota-parte do fundo de pensões referente à CCAM de Leiria, durante o exercício de 2008, foi o que se indica a seguir:

<b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2007</b>	<b>1,015,634</b>
(+) Contribuições efectuadas	34,260
Pela CCAM de Leiria	0
Pelos empregados	34,260
(+) Rendimento dos activos do fundo de pensões (líquido)	14,470
(-) Pensões pagas pelo fundo de pensões	15,393
<b>Valor da quota-parte do fundo de pensões em 31-12-2008</b>	<b>1,048,971</b>

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento global da quota-parte desta Caixa cifrava-se em 78%. Se considerarmos o valor das responsabilidades por amortizar em 31-12-2008, que era de 578.377 euros, o nível de financiamento (Aviso 12/2001) sobe para 146%.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados, no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no



mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31-12-2008 a decomposição do corredor é a seguinte:

<b>Corredor</b>	<b>134,911</b>
<b>(+) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2007</b>	<b>357,195</b>
Ganhos e perdas actuariais dentro do corredor	101,563
Ganhos e perdas actuariais fora do corredor	255,632
<b>Tempo de serviço médio futuro dos activos do fundo</b>	<b>24</b>
<b>(-) Amortização de desvios actuariais em 2008</b>	<b>10,651</b>
<b>(+/-) Desvios actuariais gerados em 2008</b>	<b>-237,815</b>
Desvio financeiro (Ganho/Perda)	26,305
Desvio actuarial (Ganho/Perda)	-264,120
<b>(=) Desvios actuariais por amortizar em 31-12-2008</b>	<b>108,729</b>

## NOTA 27 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	Incorporação de reservas	Entradas/Saídas de Sócios	Total
<b>Saldo em 31-Dez-2006</b>	<b>23,000,000</b>	<b>1,130,715</b>	<b>24,130,715</b>
Emissão de títulos de capital	1,000,000	25,000	1,025,000
Reembolso de títulos de capital		-33,575	-33,575
<b>Saldo em 31-Dez-2007</b>	<b>24,000,000</b>	<b>1,122,140</b>	<b>25,122,140</b>
Emissão de títulos de capital	5,000,000	41,000	5,041,000
Reembolso de títulos de capital		-30,605	-30,605
<b>Saldo em 31-Dez-2008</b>	<b>29,000,000</b>	<b>1,132,535</b>	<b>30,132,535</b>

O montante relativo às emissões de Capital Especial/Extraordinário, foi reclassificado devido à aplicação das NCA, apresentando-se agora na rubrica do passivo "Instrumentos

Representativos de Capital", sendo o seu valor nominal em 2008-12-31 de 7.406.655 euros, ascendendo os respectivos juros decorridos a 420.789 euros.

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da *CCAM LEIRIA, C.R.L.* encontra-se disperso por 12.948 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35.000 euros (7.000 títulos de capital) no capital da *CCAM*.

## NOTA 28 – RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Reservas de Reavaliação				
	Reservas de Reavaliação ao Justo Valor	Reservas de Reavaliação Legais	Reservas por Impostos Diferidos	Total
<b>Saldo Final a 31-Dez-2007</b>	<b>-1,388,560</b>	<b>651,306</b>	<b>151,860</b>	<b>-585,394</b>
Constituições	-1,050,995	0	0	-1,050,995
Anulações	1,960,402	-105,938	-104,147	1,750,317
Transferências	0	0	0	0
<b>Saldo Final a 31-Dez-2008</b>	<b>-479,153</b>	<b>545,368</b>	<b>47,713</b>	<b>113,928</b>

Outras Reservas				
	Reserva Legal	Reserva Especial	Outras Reservas	Total
<b>Saldo Final a 31-Dez-2007</b>	<b>5,000,000</b>	<b>4,276,540</b>	<b>38,000</b>	<b>9,314,540</b>
Constituições	3,000,000	2,502,285	1,000	5,503,285
Anulações	0	0	0	0
Transferências	0	-5,000,000	0	-5,000,000
<b>Saldo Final a 31-Dez-2008</b>	<b>8,000,000</b>	<b>1,778,825</b>	<b>39,000</b>	<b>9,817,825</b>

<b>Resultados Transitados</b>	
<b>Saldo Final a 31-Dez-2007</b>	<b>-37,392</b>
Cobertura do Saldo Negativo do Exercício Anterior através dos Resultados Líquidos	37,392
Regularização de Excedentes em Activos por Impostos Diferidos	104,147
Activos por Impostos Diferidos	-4,907
Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente ao Fundo de Pensões	-10,718
Parte do Impacte da Transição para a IAS 19 referente aos Encargos com o SAMS	-63,939
Regularização de Excedentes em Passivos por Impostos Diferidos	-2,572
<b>Saldo Final a 31-Dez-2008</b>	<b>22,011</b>

## **NOTA 29 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE OS LUCROS**

Em 31 de Dezembro de 2008 o imposto sobre lucros e a correspondente Derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Estatuto Fiscal Cooperativo e a Lei n.º 53-A/2006, na parte aplicável, apurando-se o montante de 1.107.210 euros, conforme detalhe seguinte:

	31-Dez-08	31-Dez-07
<b>Lucro contabilístico antes de impostos</b>	<b>6,224,873</b>	<b>6,733,758</b>
*Reintegrações e amortizações não aceites	5,810	5,667
*Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	711,859	627,864
*Donativos não previstos ou além dos limites legais	160,300	133,950
*Multas e penalidades	8,381	14,510
*Menos-valias contabilísticas	42,229	0
*Mais-valias fiscais	0	1,718
*40% aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	10,233	11,094
*Correcções relativas a exercícios anteriores	44	10,329
*Prémios de Antiguidade (Art.º 57.º, n.º 2, h), da Lei n.º 53-A/2006)	19,589	46,405
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 57.º, n.º 2, j), da Lei n.º 53-A/2006)	210,413	0
*Variação patrimonial referente Resp. c/ Fundo Pensões/SAMS (Art.º 40.º, n.º 13)	-74,657	-18,018
*Prejuízo fiscal imputado por ACE	-358	0
*Redução de provisões tributadas	-124,465	-29,565
*Mais-valias contabilísticas	-2,399	-3,435
*Menos-valias fiscais	-60,170	0
*Rendimentos nos termos do artigo 46.º	-4,954	-5,504
*Benefícios fiscais	-3,670	-5,163
*Alterações na mensuração de activos (Art.º 57.º, n.º 2, j), da Lei n.º 53-A/2006)	-99,403	-204,609
*Encargos de saúde pós-emprego - SAMS (Art.ºs 18.º e 23.º)	0	-75,462
<b>Prejuízo fiscal (Regime Geral)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Lucro tributável (Regime Geral)</b>	<b>3,840,002</b>	<b>3,287,652</b>
<b>Lucro tributável (Regime de Redução de Taxa)</b>	<b>3,183,653</b>	<b>3,955,887</b>
Prejuízos Fiscais Dedutíveis (Regime Geral)	0	0
<b>Matéria colectável (Regime Geral)</b>	<b>3,840,002</b>	<b>3,287,652</b>
<b>Matéria colectável (Regime de Redução de Taxa)</b>	<b>3,183,653</b>	<b>3,955,887</b>
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável	25.00%	25.00%
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável	20.00%	20.00%
Colecta	1,596,731	1,613,090
Deduções à colecta	-607,307	-441,316
Derrama	105,355	108,653
Tributações autónomas	12,431	8,310
<b>Estimativa de impostos sobre os lucros do exercício</b>	<b>1,107,210</b>	<b>1,288,737</b>
Correcções de impostos relativas a exercícios anteriores	0	12,103
<b>Imposto Corrente sobre os Lucros</b>	<b>1,107,210</b>	<b>1,300,840</b>
Retenções na fonte	1,982	2,201
Pagamentos por conta efectuados no exercício	1,112,838	953,991
<b>IRC a pagar / receber</b>	<b>-7,610</b>	<b>332,545</b>
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	17.79%	19.14%

## NOTA 30 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31-12-2008	31-12-2007
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	20,915	92,240
Reservas result. valoriz. justo valor - Activos adquir. reembolso de crédito	46,593	150,050
Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros	440,129	308,378
Responsabilidades com prémios de antiguidade	114,288	112,966
Responsabilidades com encargos de saúde (SAMS)	0	5,058
Prejuízos fiscais	0	0
Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens)	0	0
Outros	0	0
	<b>621,925</b>	<b>668,692</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Reservas de reavaliações legais	40,847	43,419
Reservas resultantes da valoriz. ao justo valor - Títulos de dívida pública	24,081	0
Reinvestimentos de mais-valias fiscais	0	0
Outros	0	0
	<b>64,928</b>	<b>43,419</b>
<b>Impacto total dos Impostos diferidos</b>	<b>556,997</b>	<b>625,273</b>

O Responsável pela Contabilidade

A Direcção

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria acompanhou com regularidade a actividade da instituição, analisando a documentação contabilística a que acedeu, contactando directamente os serviços que entendeu e reunindo periodicamente com o órgão de gestão.

Este Conselho analisou o Relatório do Controlo Interno e emitiu o respectivo relatório e parecer, tomou conhecimento e deu parecer sobre o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009, tendo para além disso reunido em todas as ocasiões que a lei prevê e elaborou as respectivas actas.

Face ao conjunto de factos extraordinários que abalaram os sistemas financeiros mundiais ao longo do ano de 2008 e pelo impacto que esses acontecimentos tiveram nas instituições bancárias e ao efeitos que se reflectiram na economia real, o Conselho Fiscal procurou sempre acompanhar de perto o assunto, atento às consequências que podiam advir para a Caixa de Leiria e inteirar-se das medidas tomadas internamente para as enfrentar.

As atitudes da instituição face à crise e as medidas propostas pela Direcção para minimizar as suas consequências, constantes do relatório em análise, afiguram-se-nos correctas e adequadas.

O Relatório da Direcção parece-nos rigoroso e esclarecedor da evolução financeira e económica da Caixa.

Constatámos que a proposta para aplicação dos resultados do exercício cumpre os requisitos legais.

Acedemos às Certificações Legais de Contas que analisámos com todo o cuidado e ponderámos o seu conteúdo e recomendações.

Recorremos com frequência à colaboração do Revisor Oficial de Contas, que presta auditoria externa à Caixa de Leiria, aproveitando a sua permanente disponibilidade, apoio esse que se mostrou de grande utilidade para este Conselho Fiscal.

Nesta conformidade, face às informações que foram sendo recolhidas ao longo do ano, do acompanhamento das peças contabilísticas periódicas que analisou, do conhecimento das informações de carácter prudencial prestadas à regulação e dos relatórios dos ROC que lhe são dirigidos, o Conselho Fiscal da Caixa de Crédito Agrícola de Leiria é do parecer que:

- Seja aprovado o Relatório da Direcção;
- sejam aprovadas as contas do exercício de 2008;
- seja aprovada a aplicação dos resultados, propostos pela Direcção.

O Conselho Fiscal propõe ainda dois votos de louvor que, embora tornados habituais, continuam a revelar-se bem merecidos, um à Direcção da Caixa e outro à generalidade dos seus colaboradores, pelo empenho, esforço e competência que muito contribuíram para o bom desempenho e prestígio da instituição.

Leiria 9 de Março de 2009

O Conselho Fiscal



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOSÉ BARATA FERNANDES  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 399.735.206 euros e um total de capital próprio de 45.140.594 euros, incluindo resultado líquido de 5.054.295 euros), a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

1/2





- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, CRL*, em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Lisboa, 3 de Março de 2009

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

José Barata Fernandes, ROC nº 540